



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

THIAGO ANDRADE FERREIRA DÓRIA

A PSICOLOGIA NO TRACTATUS DE WITTGENSTEIN

SALVADOR

2017

THIAGO ANDRADE FERREIRA DÓRIA

A PSICOLOGIA NO TRACTATUS DE WITTGENSTEIN

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva

SALVADOR

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Inserir aqui a ficha gerada a partir da ficha gerada no endereço

<https://sibi.ufba.br/node/55#overlay-context=>

THIAGO ANDRADE FERREIRA DÓRIA

A PSICOLOGIA NO TRACTATUS DE WITTGENSTEIN

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Salvador, ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva (UFBA - Orientador)

Prof. Dr. Rafael Lopes Azize (UFBA)

Prof. Dr. Wagner Teles de Oliveira (UEFS)

a Sara,
que eu finalmente vi,
quando sobre ela deixei de pensar.

e

a ele,
que vindo da Vida,
apareceu como Pingo
para nos inundar de amor,
sendo Marduck.

AGRADECIMENTOS

Pensamento, mesmo fundamento singular
Do ser humano, de um momento para o outro
Poderá não mais fundar nem gregos nem baianos.
(Tempo Rei, Gilberto Gil)

RESUMO

Nosso objeto é a psicologia no *Tractatus Logico-Philosophicus*, de Ludwig Wittgenstein. Deparamo-nos, assim, com um tema cujo estatuto é pleno de negatividade na obra. Afinal, seu projeto consiste em uma crítica estritamente lógica da linguagem, que deveria ser capaz de dispensar qualquer incursão no campo da epistemologia, onde investigações psicológicas disporiam do oxigênio necessário para descrever o sujeito do conhecimento. Sendo, nesta medida, deveras rarefeita, é surpreendente que sua atmosfera seja ainda assim habitada por uma teoria da representação, que lega ao conceito de pensamento a incumbência fundamental de ligar representantes linguísticos e representados extralinguísticos. O expediente de liga-los, contudo, não abre qualquer brecha epistemológica, por onde uma psicologia poderia entrar e vindicar a relevância de um papel que poderia mesmo ser-lhe próprio, a saber, o de explicar como certas ideias são articuladas para produzir aquilo que trivialmente chamamos de pensar. Consistindo em fatos contingentemente dispostos no mundo empírico, aptos a participar do jogo do verdadeiro e do falso, esta produção é legitimamente descritível. Apesar disto, ela não é descrita no *Tractatus*. A razão por trás deste silêncio é que o trabalho de descrevê-la, certamente apropriado ao psicólogo, está excluído de uma investigação pautada por elucidar a necessidade lógica deste produto, vertido agora em uma condição do discurso significativo, tarefa exclusiva do filósofo. Deste modo, o caráter negativo que envolve a tematização da psicologia no *Tractatus* é reforçado. Estudá-lo, porém, realça o gesto extraordinário de Wittgenstein, ao discernir um domínio lógico no que parecia ser tão somente subjetivo.

ABSTRACT

Our object is the psychology in the *Tractatus Logico-Philosophicus*, by Ludwig Wittgenstein. We thus find ourselves with a theme whose status is full of negativity in the philosophical work. After all, his project consists of a strictly logical critique of language, which should be able to dispense with any incursion into the field of epistemology, where psychological investigations would have the necessary oxygen to describe the subject of knowledge. For its rather rarefied condition, it is surprising that its atmosphere is still inhabited by a theory of representation, that bequeaths to the concept of thought the fundamental task of linking a linguistic signifier to an extralinguistic signified. The craft of linking them, however, does not open any epistemological gap whereby the psychology could enter and claim the relevance of a role that could even be of its own, namely, the one of explaining how certain ideas are articulated to produce what we trivially call thinking. Consisting of facts contingently arranged in the empirical world and being able to participate in the game of the true and the false, this production is legitimately describable. Despite this, it is not described in the *Tractatus*. The reason behind this silence is that the work of describing this production – a work certainly appropriate to the psychologist – is excluded from an investigation designed to elucidate the logical necessity of this product, which is now placed in a condition of meaningful discourse, which is the exclusive task of the philosopher. In this way, the negative character that involves the thematization of psychology in the *Tractatus* is reinforced. Studying it, however, highlights Wittgenstein's extraordinary gesture by discerning a logical domain in what seemed to be only subjective.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PENSAMENTO E LINGUAGEM	15
3	PROJEÇÃO	31
4	FILOSOFIA E PSICOLOGIA	54
5	CONCLUSÃO.....	59
	<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>61</u>

1 INTRODUÇÃO

No *Tractatus Logico-Philosophicus*¹, de Ludwig Wittgenstein, a psicologia recebe escassas considerações, quase sempre marcadas por um tom negativo. A primeira de suas ocorrências textuais, localizada na parte inicial do aforismo 4.1121, ilustra bem tal tratamento: "A psicologia não é mais aparentada com a filosofia do que qualquer outra ciência natural". Conquanto haja aí um dado positivo sobre ela, qualificada então como disciplina científica, o destaque recai sobre aquilo que lhe é negado. Afinal, Wittgenstein reitera no *Tractatus* uma posição que já anunciara no primeiro texto de sua carreira filosófica, por assim dizer,² e que atravessará toda a sua obra: filosofia e ciência são distintas por natureza, não por grau.

A filosofia não é uma das ciências naturais.
(A palavra "filosofia" deve significar algo que esteja acima ou abaixo, mas não ao lado, das ciências naturais.)³

Como ciência natural, a psicologia sequer poderia ser "mais aparentada com a filosofia", pois entre elas não há qualquer relação de parentesco. Seria, portanto, deveras surpreendente vê-la desempenhar um papel positivo no *Tractatus*, livro propriamente filosófico, não um manual científico.

Sendo assim, a continuação do aforismo 4.1121 poderia, à primeira vista, causar-nos alguma surpresa: "A teoria do conhecimento" – ou a epistemologia – "é a filosofia da psicologia".⁴ Aqui, nosso objeto parece uma disciplina científica algo

¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 1994.

² Trata-se de "Notes on Logic", um pequeno conjunto de anotações escrito em 1913, no qual Wittgenstein registra suas principais reflexões desde que chegara a Cambridge, no ano anterior, para estudar com Bertrand Russell. Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. "Notes on Logic". In: ___. *Notebooks: 1914-1916*. Edited by G. H. von Wright and G. E. M. Anscombe. 2. ed. Oxford: Basil Blackwell, 1998, p. 93-107.

³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.111. O trecho entre parênteses pode ser encontrado, *ipsis litteris* em uma passagem de "Notes on Logic": "The word 'philosophy' ought always to designate something over or under but not beside, the natural sciences." (WITTGENSTEIN, Ludwig. "Notes on Logic", p. 106.)

⁴ Já em 1913, num contexto semelhante ao deste aforismo, Wittgenstein escreve: "Epistemology is the philosophy of psychology." (WITTGENSTEIN, Ludwig. "Notes on Logic", p. 106.). De início, tomaremos "teoria do conhecimento" e "epistemologia" como sinônimos. Entretanto, no capítulo final dessa dissertação faremos breves indicações com o intuito de tornar mais preciso o que cada um poderia significar no contexto do *Tractatus*.

destacada: dela se ocupa um dos principais ramos dos sistemas filosóficos modernos, fundamental também nos trabalhos de filósofos com os quais Wittgenstein dialogara à época da redação do *Tractatus*, como George Edward Moore e Bertrand Russell.⁵ Tal aparência começa a se desfazer, contudo, tão logo voltemos nossas atenções ao projeto do livro. Pretendendo traçar criticamente os limites da significação, ele volta-se, para tanto, não ao pensar, mas à expressão dos pensamentos. Afinal, conforme lemos em seu "Prefácio",

[...] a fim de traçar um limite para o pensar, deveríamos poder pensar os dois lados desse limite (deveríamos, portanto, poder pensar o que não pode ser pensado).
O limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contra-senso. 6

Esta extraordinária opção metodológica marca a especificidade do projeto tractariano em relação a outros que, se com ele compartilham a mesma tarefa crítica de delimitar a significação, dele se afastam por tentarem cumpri-la traçando um limite para o pensar – mais precisamente, para o exercício das faculdades subjetivas das quais se vale o sujeito do conhecimento. No *Tractatus*, afinal, o pensável – ou, se quisermos, aquilo a que nos é dado conhecer – determina-se pela determinação do dizível. Deste modo, deslocamo-nos de uma perspectiva epistemológica – solapada pela flagrante contradição que enfrenta ao tentar delimitar o pensamento por ele mesmo, isto é, "poder pensar o que não pode ser pensado" – para uma investigação lógico-filosófica, em que importa desfazer "o mau entendimento da lógica de nossa linguagem", sobre o qual repousariam todos os problemas filosóficos, segundo o diagnóstico que Wittgenstein nos apresenta ainda no "Prefácio". Neste contexto, é necessário elucidar a essência da proposição, a unidade mínima que porta o sentido e é capaz de dizer, verdadeira ou falsamente, o mundo. Com isto, parece se desenhar uma relação entre linguagem e realidade capaz de dispensar um intermediário entre elas, em especial aquele que tradicionalmente cuidou de ligá-las: o pensamento.

Agora podemos ver de modo mais claro por que filosofia e ciência são distintas por natureza, não por grau, conforme antecipamos. Embora não estejam

⁵ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.541.

⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, p. 131.

relacionadas horizontalmente, elas estão atadas em uma relação vertical: se a pergunta filosófica incide sobre as condições que possibilitam à proposição ser significativa, a investigação científica volta-se a uma região do dizível, a saber, àquilo que, sendo já significativo, é também verdadeiro: "A totalidade das proposições verdadeiras é toda a ciência natural (ou a totalidade das ciências naturais)."⁷ Levado a bom termo, o trabalho do filósofo acabaria por delimitar, desta maneira, "o território disputável da ciência natural";⁸ e, como não almeja a verdade, ele deve ser algo diverso de uma teorização, porquanto esta já estaria inserida no jogo do verdadeiro e do falso.

Com efeito, a tarefa filosófica consistirá na atividade de elucidação das proposições⁹ — ou melhor, da forma geral que todas elas têm em comum.¹⁰ Deste modo, à filosofia da psicologia — teoria do conhecimento ou epistemologia — caberia esclarecer proposições relativas a uma parte do "território" onde ocorrem as disputas científicas. Como, porém, este esclarecimento é feito de um só golpe uma vez revelada a forma geral que toda e qualquer proposição possui, a filosofia da psicologia torna-se irremediavelmente dispensável, e o aparente destaque dado à ciência sobre a qual ela está debruçada se desfaz. Na verdade, se a psicologia aparece destacada, isto serve apenas para reforçar o estatuto negativo da perspectiva que a envolve: como ela se ocupa do pensamento¹¹ e este é expresso, por exemplo, pelas proposições das ciências, poderíamos ser levados a acreditar que a psicologia teria algum privilégio diante das demais disciplinas científicas; entretanto, sendo ciência, também ela expressa pensamentos através de proposições — pensamentos sobre pensamentos, poderíamos dizer¹² —, sendo-lhe talvez possível dizer como pensamos concretamente, mas não a possibilidade mesma da significação.

⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.11.

⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.113.

⁹ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.12.

¹⁰ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.5, 5.47, 5.471, 6.

¹¹ Que a psicologia se ocupe em alguma medida do pensamento já parece estar implícito no modo como ela está estreitamente vinculada à epistemologia. Além disso, na última parte do aforismo 4.1121 — de que trataremos adiante — a expressão "processos de pensar" aparece associada a "investigações psicológicas".

¹² São exemplos de "formas proposicionais da psicologia" as proposições "A acredita que p é o caso" e "A pensa p ". Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.541. Trataremos deste tipo de proposição no capítulo "Filosofia e psicologia".

O pensamento, tudo indica, também é um tema negativo na obra, a ponto de talvez estranharmos nela sua presença. Contudo, além de estar presente, ele ocupa um lugar deveras fundamental no sistema tractariano, comparecendo textualmente em vários aforismos — inclusive em dois dos sete principais.¹³ Isto, entretanto, não deveria causar-nos estranheza. O expediente de identificá-lo com a linguagem é um desafio em nada pequeno, a demandar um trabalho conceitual com os próprios termos que, sendo diferentes, denotariam o mesmo. Nele o conceito de forma é imprescindível e contribui em grande medida para que tal identificação formule-se claramente, em sua culminância, na seguinte passagem: "O pensamento é a proposição com sentido."¹⁴ Esta formulação ilustra bem porque o *Tractatus* é um documento seminal e tão importante para o movimento conhecido como "virada linguística" em filosofia, marcado por realizar a análise do pensamento através da análise da proposição.

Contudo, alguns trechos do *Tractatus* parecem insistir, ao contrário, nas diferenças entre pensamento e linguagem: ele seria expresso sensível e perceptivelmente na proposição, com a qual deste modo não pareceria coincidir completamente, como se lhe fosse possível permanecer numa dimensão onde não é percebido ou agarrado pelos sentidos.¹⁵ Ademais, a linguagem disfarçaria o pensamento, ao modo de um traje cuja forma que esconde aquela do corpo trajado.¹⁶ Haveria, assim, uma diferença formal entre eles? A isomorfia que os une essencialmente estaria então ameaçada?

Ainda mais grave, outras partes do livro não apenas sublinhariam as diferenças entre pensamento e linguagem, mas também os colocariam numa relação em que o pensar parece gozar de alguma precedência sobre o dizer. Afinal, para projetar uma situação possível seria necessário que o sentido da proposição fosse pensado.¹⁷ Se é assim, o mental não despontaria como algo anterior ao linguístico?

¹³ Trata-se do aforismo 3 ("A figuração lógica dos fatos é o pensamento") e do aforismo 4 ("O pensamento é a proposição com sentido"). No capítulo "Pensamento e linguagem" lidaremos com o modo como eles se entrelaçam na estrutura aforismática da obra.

¹⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4 (grifo nosso).

¹⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.1.

¹⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.002iv.

¹⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.11.

Mas, em que medida tal anterioridade não entra em conflito com o projeto mesmo do *Tractatus*? Ela poderia, de alguma maneira, reabilitar o papel de uma epistemologia, trazendo à reboque também a psicologia? O pensável, afinal, já não apareceria mais como determinado pelo dizível, mas antes o inverso: o dizer parece depender do pensar.

Talvez não seja de todo incorreto imaginar que alguma dessas questões esteja mesmo subjacente à parte final do aforismo 4.1121:

Meu estudo da linguagem por sinais não corresponderia ao estudo dos processos de pensar, estudo que os filósofos sustentaram ser tão essencial para a filosofia da lógica? No mais das vezes, eles só se emaranharam em investigações psicológicas irrelevantes, e um perigo análogo existe também no caso do meu método.¹⁸

Em nossa dissertação procuraremos explorar tais questões, sublinhando, através delas, como o "perigo" aludido por Wittgenstein é, enfim, evitado. Assumindo o estatuto da psicologia no *Tractatus* como nosso objeto, trata-se de explicitar as razões pelas quais ela é, e só poderia ser, um tema negativo na obra. Para tanto, no capítulo "Pensamento e linguagem" exploraremos de um modo panorâmico a relação entre o mental e o linguístico, enfatizando o que neles é idêntico. No capítulo seguinte, "Projeção", examinaremos um ponto específico e particularmente tenso desta relação, a saber, a possibilidade de o pensamento ser anterior à linguagem, tendo ele a incumbência de ligá-la à realidade. Já no capítulo "Filosofia e psicologia" nos ocuparemos de discernir os diferentes modos pelos quais o pensamento é abordado pela atividade filosófica, de um lado, e por uma ciência psicológica, de outro.

¹⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.1121.

2 PENSAMENTO E LINGUAGEM

Privilegiando a expressão dos pensamentos em lugar do pensar ele mesmo, a tarefa de delimitar a significação anunciada por Wittgenstein no *Tractatus* requer, como uma de suas condições, que o pensável e o dizível sejam em alguma medida idênticos. A satisfação deste requerimento formula-se de modo lapidar no aforismo 4: o pensamento é a proposição com sentido. Trata-se, aqui, de um momento particularmente importante no movimento argumentativo da obra, cabendo-nos recuperar-lhe o contexto.

No "Prefácio" encontramos uma preciosa passagem que resume e sugere como o *Tractatus* está estruturado: "Poder-se-ia talvez apanhar todo o sentido do livro com estas palavras: o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar."¹⁹ Já aí poderíamos discernir, como bem nos mostra João Carlos Salles,²⁰ as duas partes da obra que o autor menciona em uma carta de 1919:²¹ uma corresponderia a "o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente", e a outra seria anunciada por "sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar".

Tal divisão é fundamental para entendermos como Wittgenstein acreditou ter resolvido de vez todos os problemas filosóficos, cuja formulação, segundo seu diagnóstico, repousaria no "mau entendimento da lógica de nossa linguagem."²² Mais precisamente, eles teriam surgido porque os filósofos tentaram dizer o que não se poderia falar – ou seja, aquilo que estaria localizado na segunda parte do livro, apenas iniciada com o sétimo e último grupo de aforismos,²³ constituído na verdade

¹⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, p. 131.

²⁰ SALLES, João Carlos. "Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias". In: _____. *O Retrato do Vermelho*. Salvador: Quarteto Editora, 2006. p. 105-120.

²¹ Cf. MONK, Ray. *Ludwig Wittgenstein: El deber de un genio*. Trad. Damián Alou. 2ª ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 1997, p. 176-177.

²² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, p. 131.

²³ Na única nota do *Tractatus*, Wittgenstein comenta o seguinte sobre a sequência numerada de aforismos que conforma o seu texto: "Os decimais que numeram as proposições destacadas indicam o peso lógico dessas proposições, a importância que têm em minha exposição. As proposições n.1, n.2, n.3, etc. são observações relativas à proposição nº n; as proposições n.m.1, n.m.2, etc. são observações relativas à proposição nº n.m; e assim por diante." (WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-*

por um único elemento.²⁴ Resolvê-los, desta maneira, implica esclarecer como tais tentativas acabaram por ultrapassar os limites do dizível, razão pela qual as supostas proposições filosóficas, na verdade, não chegariam a significar nada, redundando apenas em contra-sensos. Deste esclarecimento estariam incumbidos os seis primeiros grupos de aforismos, que conformariam a primeira parte do livro. Esta, por sua vez, seria simetricamente dividida em outras duas, que se espelhariam mutuamente. Uma diria respeito a "o que se pode em geral dizer" e abarcaria os grupos de aforismos 1, 2 e 3; a outra, relativa a "pode-se dizer claramente", abrangeria os grupos 4, 5 e 6:

Os três primeiros se refeririam a uma ontologia matizada pela possibilidade de expressão, enquanto os três seguintes determinariam os traços de uma linguagem qualquer com equivalente multiplicidade lógica, de sorte que, juntos, se recobririam os limites do mundo (desse mundo qualquer que se deixa dizer) e os limites da linguagem (essa qualquer linguagem que, em ordem, pode dizê-lo claramente).²⁵

Mundo e linguagem teriam seus limites entrelaçados graças à forma que ambos compartilhariam e pela qual estariam essencialmente unidos, de modo que, se revelássemos a essência da proposição, aquilo que é capaz de dizer um fato, revelaríamos também a essência do mundo, aquilo que pode ser expresso proposicionalmente.²⁶ O aforismo 4 instala-se no fulcro desta isomorfia, encabeçando o primeiro grupo da sub-parte voltada mais propriamente à linguagem, que por sua vez espelha o terceiro e último grupo da sub-parte concernente ao mundo. Se ele for lido na sequência do aforismo 3,²⁷ tal espelhamento torna-se

Philosophicus, p. 135.) O "n" representado por este esquema é preenchido na obra por números naturais de 1 a 7; ela é, assim, composta por sete grupos de aforismos: aqueles numerados com 1, 1.2, 1.12, etc., pertenceriam ao grupo 1; já os que recebem os números 2, 2.1, 2.225, etc., estariam no grupo 2; e assim por diante.

²⁴ Trata-se, portanto, do aforismo 7: "Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar." (WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 7.) Assim, ele reproduz integralmente o enunciado que corresponde ao início da segunda parte da obra, que não está escrita e é a mais importante. Cf. MONK, Ray. *Ludwig Wittgenstein*, p. 176-177.

²⁵ SALLES, João Carlos. "Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias", p. 109.

²⁶ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.4711.

²⁷ Podemos ler a primeira parte do *Tractatus* percorrendo linearmente os aforismos que encabeçam cada um de seus seis grupos; neste caso, o aforismo 4 seria antecedido pelo 3 e sucedido pelo 5. Tal leitura, uma de tantas possíveis, é particularmente salutar, pois nela é mais difícil perder o foco da cifra "o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente", o resumo da primeira parte do livro, ao tempo em que com ela encontramos mais detalhes sobre o que aí está cifrado.

nítido: "A figuração lógica dos fatos é o pensamento. [...] O pensamento é a proposição com sentido."²⁸ Assim, esta leitura chama à atenção para a anadiplose protagonizada pelo termo "pensamento",²⁹ que então parece apresentar contornos tanto ontológicos quanto linguísticos. Mais do que isto, parece que o pensamento joga um papel decisivo no movimento pelo qual o mundo torna-se, afinal, linguagem, cabendo ao seu conceito jungir as noções de figuração lógica e de proposição com sentido. Passemos, pois, a um exame desta junção.

I

Podemos representar de várias formas um mesmo fato. Tomemos, para fins de ilustração, um momento específico que ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, na Conferência de Yalta, em 1945, quando vários chefes de estado dos países Aliados posaram para uma icônica foto, na qual vemos em primeiro plano Winston Churchill, Franklin Delano Roosevelt e Josef Stalin. Se quiséssemos representar o fato de que Roosevelt estava entre Churchill e Stalin, seríamos bem-sucedidos, por exemplo, nos seguintes casos:

(a) Estamos numa exposição sobre os principais momentos do século XX, abrigada por um grande museu de cera, e entramos num ambiente temático sobre a Segunda Guerra Mundial. Lá encontramos os bonecos de Roosevelt, Churchill e Stalin sentados lado a lado tal como posaram para a foto, ou seja, com o primeiro estando ao centro. Cada boneco reproduz fielmente a pessoa a qual ele corresponde, inclusive as dimensões do corpo, as expressões faciais, as vestimentas, as cores, etc. No conjunto, trata-se da reprodução, nos mínimos detalhes, do momento em que os três homens se sentaram juntos e posaram para uma foto.

(b) Vemos a própria foto do momento em que os três homens estavam sentados lado a lado. Por medir 9 cm x 11 cm e ser preta e branca, ela não conserva nem a coloração nem as dimensões originais dos elementos da cena fotografada.

²⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3, 4.

²⁹ Cf. SALLES, João Carlos. "Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias", p. 113.

Entretanto, as expressões faciais e as vestimentas são conservadas, juntamente com a maneira pela qual cada pessoa estava disposta espacialmente com relação às demais.

(c) Uma testemunha ocular tenta registrar aquele momento da Conferência através de um desenho. Este, feito em uma folha de papel A4, não preserva as dimensões reais dos elementos desenhados, tampouco suas cores originais (só estavam disponíveis tons de amarelo e azul). Além disso, por não conseguir se lembrar muito bem do que viu, o desenhista esboça vestimentas que as pessoas não estavam, de fato, trajando. Mesmo assim, ele consegue desenhar três figuras humanas sentadas lado a lado e cujas feições lembram, um pouco vagamente, Churchill, Roosevelt e Stalin, exatamente nessa ordem.

(d) Dispomos horizontalmente três broches sobre uma mesa: um, à nossa esquerda, com a bandeira da Grã-Bretanha; outro, à nossa direita, com a bandeira da União Soviética; e, finalmente, colocamos entre os dois primeiros aquele que exibe a bandeira dos Estados Unidos. Nesta disposição, cada um dos broches estaria substituindo o chefe de Estado do país indicado por sua bandeira.

(e) Temos em nossa posse uma caixa com material para escritório. De dentro dela retiramos um lápis, um apontador e uma borracha, deixando lá todo o resto. Poderíamos então determinar, por exemplo, que o lápis corresponde a Churchill, que o apontador corresponde a Roosevelt e que a borracha corresponde a Stalin, distribuindo espacialmente tais objetos precisamente nessa ordem.

Nos casos (a) a (d), os elementos da representação têm com os elementos do fato representado alguma semelhança, que podemos chamar de material,³⁰ seja ela grande ou pequena. A aderência dos elementos da representação aos elementos do fato representado se dá quase automaticamente: é claro que Churchill seria remetido pelo boneco parecido com ele, assim como, no contexto do caso (d), o broche com a bandeira da União Soviética naturalmente remeteria a Stalin. Isto poderia nos levar à concluir que a representação estaria garantida quando aquilo que representa fosse mais ou menos materialmente semelhante ao que é representado.

³⁰ Cf. PEARS, David. "The Relation between Wittgenstein's Picture Theory and Russell's Theories of Judgement". *The Philosophical Review*, Ithaca, v. 86, n. 2, p. 177-196, 1977, p. 191-194.

Tal conclusão, embora apoiada numa aparência a que, por vezes, é difícil resistir, precisa ser recusada diante do que nos é revelado pelo caso (e). Afinal, ele nos mostra que podemos representar o fato em questão através de objetos aleatórios, que não parecem minimamente com os elementos por eles representados. Com efeito, não há nenhuma necessidade em virtude da qual, por exemplo, o boneco parecido com Churchill corresponda ao próprio Churchill, e não a Stalin.³¹ A semelhança material, deste modo, não pode ser o fundamento onde está assentada a representação.

Se não é necessário que o elemento da representação seja materialmente semelhante ao elemento do fato representado, quais são, afinal, as condições necessárias para instituir uma representação? Nos casos arrolados acima, sempre representamos o fato de que Roosevelt estava entre Churchill e Stalin adotando uma estrutura com número de elementos igual ao do fato representado, sendo indiferente que tais elementos fossem bi ou tridimensionais, coloridos ou em preto e branco, expressassem ou não uma figura humana. Além disso, os elementos da representação não estão amontados de qualquer jeito, mas combinam-se de uma maneira específica, que representa como os elementos do fato representado estariam combinados. Eles são, ademais, distintos dos elementos aos quais correspondem: por mais que um boneco fosse extremamente parecido com Churchill, ele não seria, afinal, o próprio Churchill. Outrossim, os elementos da representação estão coordenados biunivocamente aos elementos do fato representado.

II

O conjunto dessas condições leva-nos ao conceito de figuração no *Tractatus*, responsável por agarrar aquilo que quaisquer representações têm em comum. Assim,

³¹ Imaginemos que o boneco parecido com Churchill corresponda a Stalin, o boneco parecido com Roosevelt corresponda a Churchill e o boneco parecido com Stalin corresponda a Roosevelt. Para representar o fato de que Roosevelt estava entre Churchill e Stalin seria preciso, então, colocar o boneco parecido com Stalin entre os dois outros bonecos. Apesar de ser uma representação estranha, ela não obstante funcionaria.

todas elas seriam uma figuração ou uma imagem³² do que representam, algo talvez muito claro nos casos (a), (b) e (c), mas nem tanto em (d) e (e). De modo geral, sendo uma estrutura cujos elementos estão combinados de uma determinada maneira, a figuração representa uma situação no espaço lógico, um fato em meio a todos aqueles que constituem o mundo, nisto consistindo o seu sentido.³³ Ela mesma é, também, um fato – a saber, o de que seus elementos estão combinados assim e assim.³⁴

Para um fato qualquer assumir o estatuto de figuração, tornando-se então um fato afigurante, requer-se que ele possua algo em comum com o que se pretende afigurar.³⁵ Trata-se, aqui, da sua forma de afiguração, definida como a possibilidade da sua estrutura – isto é, como a possibilidade de que as coisas estejam combinadas tal como os seus elementos estão combinados.³⁶ Satisfeito tal requerimento, a figuração pode então instituir-se por meio da relação afiguradora, que consite nas coordenações biunívocas entre seus elementos e as coisas, nas "antenas [...] com as quais ela toca a realidade".³⁷

Uma vez instituída, a figuração não tem como garantir por si mesma sua correção, pois representa uma combinação possível, mas não necessária, entre as coisas.³⁸ Sendo semelhante a "uma régua aposta à realidade", com o que apenas seus pontos mais externos – suas "antenas" – tocam o fato afigurado, a figuração é correta quando as coisas combinam-se da maneira como o fazem seus elementos, e incorreta se as coisas não estão assim combinadas.³⁹ Assim, ela preserva a possibilidade do que afigura mesmo no caso de sua incorreção – graças, vale dizer, a sua forma de afiguração e a sua relação afiguradora.⁴⁰

Munidos deste vocabulário, voltemos então às representações de que Roosevelt estava entre Churchill e Stalin. Nelas, os elementos do fato afigurado, ou

³² O termo no original em alemão é *Bild*, que pode ser traduzido como "figuração", "modelo" e também como "imagem".

³³ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.14, 2.202, 2.11, 1.11, 1.13, 2.221.

³⁴ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.141.

³⁵ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus* 2.16.

³⁶ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.17, 2.15-2.151.

³⁷ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.1513-2.1515.

³⁸ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.173, 2.21, 2.225.

³⁹ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.1512-2.15121, 2.15i, 2.17, 2.173.

⁴⁰ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.17, 2.173, 2.1513.

seja, os homens em carne e osso, permaneceram sempre os mesmos. Mudaram, entretanto, os elementos da figuração: em (a), eles foram os bonecos de cera; em (b), os homens na fotografia; em (c), os homens desenhados; em (d), os broches com bandeira; e, em (e), os três objetos de escritório. Mesmo com tais mudanças, em todos os casos uma estrutura foi representada por outra estrutura, ambas compartilhando o mesmo número de elementos, a mesma multiplicidade lógica. Dito de outro modo, o fato de que Roosevelt estava entre Churchill e Stalin foi invariavelmente representado por outro fato – num caso, pelo fato de que o boneco parecido com Roosevelt estava entre o boneco parecido com Churchill e o boneco parecido com Stalin; noutra, pelo fato de que o apontador estava entre o lápis e a borracha; etc. Em todos eles a figuração acabou sendo correta, pois os elementos do fato afigurado estavam mesmo combinados da maneira encenada pelos elementos do fato afigurante; todavia, na ocasião da Conferência, em 1945, Churchill poderia ter sentado ao centro, por exemplo. Neste caso, a figuração de que Roosevelt estava entre Churchill e Stalin seria incorreta, mas a possibilidade do que ela afigura permaneceria intacta.

Se a semelhança material não é uma condição necessária para a figuração, em contrapartida ela fornece aos elementos da figuração um amplo conjunto de possibilidades sobre o que eles podem afigurar. No caso (a), por reproduzirem as dimensões exatas dos homens aos quais correspondem, os bonecos poderiam não só afigurar que um estava entre os outros dois, mas também que um era maior do que o outro, por exemplo. Neste sentido, Wittgenstein escreve que

A figuração pode afigurar toda realidade cuja forma ela tenha.
A figuração espacial, tudo que seja espacial; a colorida, tudo que seja colorido, etc.⁴¹

Entretanto, ele nos adverte, a figuração não pode afigurar a sua forma de afiguração, condição de sua própria possibilidade, mas a exhibe em si mesma, no modo como seus elementos estão uns para os outros.⁴² Assim, considerando que os elementos da figuração podem ter várias características materiais (ser espacial,

⁴¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.171.

⁴² Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.172.

colorido, tridimensional, etc.), é preciso indicar quais delas participam decisivamente da afiguração e determinam, desse modo, a sua forma — lembrando que esta não pode ser, ela mesma, afigurada.

Nos casos (a), (d) e (e) temos elementos tridimensionais; em (b) e (c), elementos bidimensionais; em (a), (c), (d) e (e), elementos coloridos; e, em todos eles, elementos espaciais. Como vimos, para afigurar o fato de que Roosevelt estava entre Churchill e Stalin, foi indiferente que os elementos do fato afigurante fossem bi ou tridimensionais, coloridos ou não, parecendo ser o bastante que fossem apenas espaciais; tanto a figuração quanto o que se tratava de afigurar consistiram sempre em uma estrutura espacial. Se a forma de afiguração é aquilo que há de comum entre o fato afigurante e o fato afigurado, em todos os casos ela poderia ser chamada de forma espacial de afiguração; e se a figuração é definida por sua forma, então poderíamos chamá-la de figuração espacial.

Sem embargo, Wittgenstein radicaliza aquilo que haveria de comum entre o fato afigurante e o fato afigurado, abstraindo das formas de afiguração particulares a forma de afiguração mais geral: "O que toda figuração, qualquer que seja sua forma, deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo — correta ou falsamente — afigurá-la é a forma lógica, isto é, a forma da realidade."⁴³ Ou seja, assim como não é necessário que os elementos da figuração sejam materialmente semelhantes aos elementos do fato afigurado, também não é preciso que sua forma de afiguração seja a forma espacial, ou outra forma específica qualquer, como a temporal, a colorida, etc.

A condição mínima para que um fato afigure qualquer outro fato consiste — além da correspondência biunívoca entre os elementos de um e os elementos do outro, por mais diferentes que possam parecer — na forma lógica de afiguração.⁴⁴ Novamente, se a figuração define-se por sua forma, então a figuração cuja forma é a forma lógica pode ser chamada de figuração lógica.⁴⁵ Como esta forma é a forma que toda e qualquer figuração deve ter, a conclusão não poderia ser outra: "Toda

⁴³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.18.

⁴⁴ Um indício forte em favor dessa generalização é que podemos afigurar algo temporal através de uma figuração espacial, por exemplo. A forma espacial não poderia, assim, ser a mais geral.

⁴⁵ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.181.

figuração é *também* uma figuração lógica. (No entanto, nem toda figuração é, p. ex., uma figuração espacial.)⁴⁶ Em todos os casos nos quais figuramos o fato de que Roosevelt estava entre Churchill e Stalin, a forma espacial estava, sem dúvida, presente; mas, antes dela, tínhamos já a forma lógica.

III

Como, então, devemos entender o aforismo 3, que define a figuração lógica dos fatos como o pensamento? Alguns comentadores o entendem como se esta definição implicasse que o pensamento seria uma figuração cuja forma de afiguração consistiria apenas na forma lógica, prescindindo de qualquer outra.⁴⁷ Seja como for, não parece haver muita margem para dúvida quanto à afirmação de que todo pensamento é uma figuração. Mas, e o inverso? Toda figuração seria também um pensamento?

Anthony Kenny, por exemplo, acredita que não. Primeiramente, ele lembra que no aforismo 4 o pensamento é estreitamente relacionado à proposição, e argumenta que, embora a proposição seja uma figuração, nem toda figuração é uma proposição; assim, se tomamos pensamento e proposição como sendo o mesmo, então nem toda figuração seria um pensamento. Em seguida ele apela para a tradicional divisão entre os domínios do mental e do físico, afirmando que seria comum a ambos apenas a forma lógica; esta seria a única de que disporia uma figuração mental, enquanto uma figuração "física", por assim dizer, possuiria outras formas além dela.⁴⁸ Mais adiante examinaremos a premissa de que nem toda figuração é uma proposição. Aqui destacaremos alguns pontos contra a suposição de que haveria figurações às quais não deveríamos chamar de pensamentos.

⁴⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.182.

⁴⁷ Cf. FAVRHOLDT, David. *An Interpretation and Critique of Wittgenstein's Tractatus*. Copenhagen: Munksgaard, 1967, p. 86; KENNY, Anthony. "Wittgenstein's Early Philosophy of Mind". In: _____. *The Legacy of Wittgenstein*. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 1-9, p. 2-3; BOUVERESSE, Jacques. *Le Mythe de l'Interiorité: Expérience, signification, et langage privé chez Wittgenstein*. 2^{ème} éd. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987, p. 122; GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 272, 353.

⁴⁸ Cf. KENNY, Anthony. "Wittgenstein's Early Philosophy of Mind", p. 3.

De saída, é preciso que tenhamos cautela ao adotarmos a perspectiva de que o pensamento é uma figuração cuja forma de afiguração é tão somente a forma lógica. Afinal, ao tempo em que dispensa outras formas, o pensamento está subjacente a todas elas; conquanto não coincida com qualquer um dos suportes materiais de que pode se valer uma figuração, ele se presentifica em todo e qualquer suporte (espacial, colorido, bidimensional, tridimensional, etc.), e é tal presentificação que lhe institui enquanto pensamento. Ou seja, todas as figurações espaciais de que Roosevelt estava entre Churchill e Stalin – desde a reprodução fiel de uma cena com a participação de bonecos de cera hiper-realistas até a mera disposição de coisas aleatórias lado a lado – dizem respeito ao pensamento de que Roosevelt estava entre Churchill e Stalin.

Neste sentido, seria talvez mais apropriado concebermos um só reino – usando aqui a expressão de Kenny – do qual poderíamos pinçar indivíduos que são figuração lógica e espacial, figuração lógica e colorida, figuração lógica e temporal, apenas figuração lógica, etc.; pois, como vimos, para Wittgenstein toda figuração é também uma figuração lógica. Os conceitos de pensamento e figuração só não seriam coextensivos se houvesse uma figuração que, *per impossible*, escapasse ao destino de ser, antes de tudo, uma figuração lógica. O expediente de isolar o pensamento como se ele fosse uma figuração específica, possuindo como forma de afiguração apenas a forma lógica, deve ser tomado, então, *cum grano salis*; trata-se de um artifício que tem o mérito de nos fazer enxergar a especificidade do pensamento, mas justamente ela é o que há de comum a toda e qualquer figuração.⁴⁹

O pensamento localiza-se precipuamente na sub-parte mais ontológica do *Tractatus*, naquela em que se desenha uma experiência para a lógica,⁵⁰ aparecendo aí inicialmente como um mero fato,⁵¹ apenas uma parte do mundo, de onde em seguida se eleva a ponto de poder afigurar quaisquer fatos do solo mundano. Ganhando finalmente o estatuto de proposição com sentido, o pensamento é tragado para o campo da linguagem, levando consigo as suas notas características. Desta maneira,

⁴⁹ Também encontramos argumentos que reivindicam a coextensionalidade entre figuração e pensamento em GRIFFIN, James. *Wittgenstein's Logical Atomism*. Oxford: Oxford University Press, 1965, p. 117, e em FAVRHOLDT, David. *An Interpretation and Critique of Wittgenstein's Tractatus*, p. 86.

⁵⁰ Cf. SALLES, João Carlos. "Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias", p. 110.

⁵¹ Se toda figuração é um fato, então o pensamento também seria um fato. Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.141, 3.

afigurar torna-se o mesmo que dizer; da mesma maneira, o elemento da figuração, o elemento do fato afigurado, a figuração e o fato afigurado tornam-se, respectivamente, o nome, o objeto nomeado, a proposição – neste caso, a elementar, que consiste apenas em um encadeamento de nomes⁵² – e o estado de coisas.⁵³

IV

Sendo uma figuração, a proposição ganha o seu sentido na exata medida em que, estando estruturada de uma determinada maneira, representa um fato, isto é, um estado de coisas que pode ou não ser o caso.⁵⁴ Com este estado de coisas ela compartilha a mesma forma lógica de afiguração, a qual, não podendo ser dita, mas apenas mostrada, consiste na possibilidade de sua estrutura, ou seja, na possibilidade de que os elementos do estado de coisas representado, os objetos, estejam ligados como os elementos da proposição, os nomes, estão encadeados.⁵⁵

Assim, não é difícil perceber que as condições de correção da figuração transformam-se nas condições de verdade da proposição: para ser verdadeira, os objetos nomeados devem estar encadeados tal como os nomes que nela ocorrem; caso estejam, o estado de coisas representado por ela existe. Todavia, a representação é bem-sucedida mesmo quando tal estado de coisas não existe – ou seja, mesmo quando seus objetos não estão combinados da maneira como seus respectivos nomes o fazem na proposição, que torna-se assim falsa, mas não desprovida de significação, pois o estado de coisas inexistente seria apenas uma entre as várias possíveis combinações entre esses objetos, os quais, eles sim, necessariamente existem.⁵⁶

A proposição é, portanto, bipolar, devendo ser possível que seja tanto verdadeira quanto falsa, sem uma terceira alternativa. O seu sentido independe de

⁵² Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.21.

⁵³ Sintetizamos deste modo o arco, facilmente discernível no sistema tractariano, que vai do conceito de figuração ao de proposição, passando pelo conceito de pensamento. Cientes do risco da simplificação que acompanha esta síntese, devemos registrar que as ocorrências dos termos responsáveis por denotar tais conceitos não estão localizadas em compartimentos estanques na obra; ao contrário, muitas vezes ali elas se espalham por trechos tematicamente distintos.

⁵⁴ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2, 2.221.

⁵⁵ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.12, 4.121, 4.1212, 2.032-2.033, 3.22.

⁵⁶ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.25.

sua verdade, e cabe ao cotejo com a experiência determinar se o que ela representa é ou não o caso, não havendo, pois, uma representação verdadeira *a priori*.⁵⁷ E, dada sua bipolaridade, toda e qualquer proposição significativa é contingente: tudo o que é afirmado por ela pode ser negado, e vice-versa. A possibilidade da falsidade solicita, pois, a contingência do verdadeiro.

Toda proposição é uma figuração. Entretanto, toda figuração é uma proposição? Aqui, como no caso da relação entre os conceitos de pensamento e figuração, existem divergências entre os comentadores. Alguns deles respondem negativamente a esta questão, sem contudo oferecer evidências textuais que fundamentem tal resposta, como se ela fosse óbvia.⁵⁸ Todavia, a figuração é um pensamento, como argumentamos, na medida mesma em que ela é, também, uma proposição. Como veremos adiante, mesmo que não pareça, a proposição pode exprimir-se não apenas por palavras, escritas ou sonoras, mas também, por exemplo, através de objetos espaciais que, concatenados, conformam uma figuração espacial. O modo particular como ela se exprime concretamente é caracterizada pela contingência, enquanto, por outro lado, a forma que todas as suas manifestações têm em comum, a forma lógica, reveste-se de necessidade.

Luiz Henrique Lopes dos Santos expressa bem a radicalidade do conceito de figuração no *Tractatus*:

A figuração representa independentemente da existência do que representa, sua representatividade independe de sua correção e consiste inteiramente em que seus elementos substituem elementos de um fato possível e a forma desse fato é identificada como a própria forma da representação. O conteúdo representativo da figuração são suas condições de correção, que a figuração especifica ao especificar um fato que deve existir para que ela seja correta. Em outras palavras, a figuração é bipolar, essencialmente complexa e o que ela representa é a existência de uma porção complexa da realidade — um fato. Não há por que hesitar em concluir: toda figuração, [...], é uma proposição.⁵⁹

⁵⁷ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.225.

⁵⁸ Cf. CORRÊA, Rogério Saucedo. "Pensamento e Figuração no *Tractatus Logico-Philosophicus*". *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 21, n. 29, p. 425-435, 2009, p. 426, nota 2; KENNY, Anthony. "Wittgenstein's Early Philosophy of Mind", p. 3.

⁵⁹ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. "A Essência da Proposição e a Essência do Mundo". In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 11-112, p. 64.

As características que o conceito de proposição assimila do conceito de figuração – por intermédio do conceito de pensamento – tornam possível a Wittgenstein uma solução sofisticadamente simples para lidar com um velho problema que habita a história da filosofia desde seu começo: o paradoxo do discurso falso. Podemos traduzi-lo através da seguinte questão: a que uma proposição significativa, porém falsa, corresponderia? Afinal, não existindo aquilo que ela diz existir, ainda assim sentimos que precisaria haver algo na realidade que lhe correspondesse e justificasse a sua significação. Se "aquilo" cuja existência é atestada pela verdade da proposição não existisse de todo, parece que não estaríamos dizendo nada através dela, que assim pareceria carecer de sentido.

As tentativas de solucionar tal problema ilustram bem o que está em jogo na definição do que seja o sentido proposicional, daquilo que permite a uma combinação de sinais dizer, verdadeira ou falsamente, o mundo. Vejamos, pois, alguns aspectos da solução tractariana. Antes, porém, voltaremos nossas atenções a uma outra alternativa, cujas implicações, sobretudo quanto aos seus compromissos ontológicos, permitirão ressaltar, em seguida, a especificidade daquela que encontramos no *Tractatus*.

V

Uma tentativa clássica de contornar o problema filosófico do discurso falso é aquela protagonizada pelo platonismo. Grosso modo, à proposição falsa corresponderia, segundo o platonista, uma entidade que habita um reino ideal; mais precisamente, uma possibilidade não atualizada entre todas aquelas que poderiam atualizar-se no mundo. Que ela não se atualize não nos impede de representá-la mentalmente, mesmo sem sua existência na realidade sensível. Um exemplar da solução platônica é protagonizado por Gottlob Frege, a cujas "obras grandiosas" Wittgenstein refere-se no "Prefácio" como um estímulo para as suas próprias idéias.⁶⁰

⁶⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, p. 131.

A solução fregeana consiste em postular uma dimensão abstrata que abrigaria apenas dois objetos, o Verdadeiro e o Falso. O primeiro seria referido por todas as proposições verdadeiras, e o segundo por todas as proposições falsas. Desta maneira, voltando aos casos que expusemos anteriormente, a proposição "Churchill estava entre Roosevelt e Stalin" seria falsa e garantiria a sua significação por referir-se a um objeto, o Falso, do mesmo modo que o nome "Franklin Delano Roosevelt" refere-se ao homem que foi o 32º Presidente dos Estados Unidos. Assim, para Frege o modo de significação da proposição não seria essencialmente distinto do modo como os nomes significam aquilo que nomeiam. Poderíamos tomar a proposição acima como um nome composto⁶¹ – "o estar de Churchill entre Roosevelt e Stalin" – que não corresponderia a nada no mundo, mas nomearia um objeto ideal, cuja existência é necessária: o Falso.

Os nomes seriam distintos entre si pelo conteúdo descritivo que possuem e com o qual apresentam o objeto nomeado. Por exemplo, "a estrela matutina" e "a estrela vespertina" seriam dois nomes diferentes de um mesmo objeto, isto é, do planeta Vênus, descrito por ambos de maneiras distintas. No caso da proposição, o seu sentido consistirá na maneira como ela apresenta o objeto que nomeia, e a este modo de apresentação Frege chama de pensamento. Desta forma, as proposições "Churchill estava entre Roosevelt e Stalin" e "Stalin estava entre Roosevelt e Churchill" possuiriam, claro, sentidos distintos, remeteriam a dois pensamentos diferentes, mas ambas nomeariam o mesmo objeto, a saber, o Falso.

A alternativa tractariana consiste em dissolver atomicamente o sentido proposicional, justamente aquilo que Frege chamou de pensamento. Os objetos, existindo necessariamente, cuidam de assentar na realidade aquilo que a proposição representa mesmo sendo falsa, quando não existe o estado de coisas que poderiam engendrar caso estivessem combinados tal como o fazem seus respectivos nomes; apenas eles – o fixo, a substância do mundo – podem ser nomeados, não o que é representado proposicionalmente.⁶²

⁶¹ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.143 iii.

⁶² Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.021, 2.023, 2.026, 2.027, 2.0271.

Se podemos tomar o sentido da proposição como o estado de coisas que ela representa,⁶³ é preciso então ressaltar que ele mesmo não é um objeto, que a proposição não o nomeia. O fulcro da representação proposicional é bem expresso, pois, da seguinte maneira: "Um nome toma o lugar de uma coisa, um outro, o de uma outra coisa, e estão ligados entre si, e assim o todo representa – como um quadro vivo – o estado de coisas."⁶⁴ Ou seja, a proposição representa um fato em virtude de ser ela própria também um fato, sendo dela privativo o verbo "representar", o qual não cabe aos nomes; estes não representam os objetos, mas substituem-nos na liga proposicional.⁶⁵ Deste modo, o sentido da proposição é mais apropriadamente definido como as suas condições de verdade: é assim que ela representa um estado de coisas, cuja existência e inexistência a tornam, respectivamente, verdadeira ou falsa.⁶⁶

Para explicarmos a relação entre a falsidade e aquilo que é representado por ela não precisamos, pois, recorrer a um terceiro reino, ideal; em particular, não precisamos recorrer a ele como o lugar onde estaria o objeto nomeado pela proposição falsa. No caso da proposição "Churchill estava entre Roosevelt e Stalin", para além dos objetos sucedâneos das palavras que nela ocorrem – os átomos do seu sentido, por assim dizer – à ela nada corresponderia em qualquer mundo que fosse. Se as suas condições de verdade não são atendidas, o estado de coisas que ela representa simplesmente não existe, sem que isto comprometa seu sentido com entidades ideais ou lhe falte alguma conexão com a realidade.

Neste capítulo, exploramos a identidade entre pensamento e linguagem, sublinhando os movimentos conceituais que a fundamentam. Assim, vimos que as várias representações de um mesmo fato são agarradas pelo conceito de figuração, e que as figurações, por sua vez, são fatos elas mesmas, definidas pelas diferentes

⁶³ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.221, 4.1

⁶⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.0311.

⁶⁵ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.221.

⁶⁶ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.1, 4.2, 4.21, 4.25, 4.3.

formas que possuem em comum com a realidade que se pretende afigurar, como a espacial, a colorida, etc. Todas elas possuem em comum, contudo, uma mesma forma, a forma lógica, e são portanto figurações lógicas. A figuração lógica dos fatos, por sua vez, é definida como o pensamento, que termina por ser definido como a proposição com sentido.

Pensamento e linguagem seriam, portanto, formalmente idênticos, e ambos comungariam com a realidade essa mesma forma, tornando possível então que dispensássemos o pensável em favor do dizível no cumprimento da tarefa de delimitar a significação. Neste sentido, a isomorfia entre aquilo que diz, a proposição, e aquilo que é dito verdadeira ou falsamente, o mundo, é decerto condição necessária do dizer. Mas seria também suficiente? É para essa questão que voltaremos nossas atenções no próximo capítulo.

3 PROJEÇÃO

A definição do pensamento como proposição com sentido é a culminância do movimento pelo qual Wittgenstein estabelece o núcleo de sua concepção de linguagem no *Tractatus*: ela afigura logicamente o mundo. Como vimos no capítulo anterior, as notas características do que viria a ser uma figuração primeiro são absorvidas pelo conceito de pensamento, que então parece transmutar-se no conceito de proposição.

Como resultado, temos uma teoria pictórica da proposição – fórmula usualmente adotada para enfatizar a introdução da figuratividade no domínio linguístico – em que um fato da linguagem representa um fato possível do mundo em virtude de ambos possuírem a mesma forma. Assim, mesmo que o fato representado não seja o caso – ou seja, mesmo que os seus elementos não estejam combinados do modo como encenado pelos seus representantes – sua representação ainda assim seria plena de sentido, mesmo que incorreta, falsa.

Assim, tudo se passa como se linguagem e realidade estivessem em perfeita harmonia, de modo que uma pudesse representar, sem mais, a outra. O conceito de pensamento já teria feito sua parte e poderia, então, sair de cena, deixando o filósofo lidar com as suas expressões linguísticas, com as quais, afinal, coincidiria completamente. Eis, porém, que ele ressurge – e desta vez parecendo, à primeira vista, bastante diferente da linguagem.

Antes de voltarmos ao texto mesmo do *Tractatus*, vejamos um outro documento que, entretanto, refere-se a ele – e num ponto especialmente importante para nosso trabalho. Trata-se de uma carta de 1919 na qual Wittgenstein responde algumas questões elaboradas por Russell sobre o livro; duas delas tratam do conceito tractariano de pensamento.

Constatando que o pensamento enquanto figuração é um fato, possuindo portanto uma estrutura, Russell primeiramente pergunta "quais são os seus constituintes e componentes, e qual é a relação que eles mantêm com aqueles do fato

afigurado".⁶⁷ Em seguida, ele formula uma questão que já comporta uma possível resposta para a primeira, e que leva em consideração a passagem do aforismo 3 ao aforismo 4: se a figuração lógica dos fatos é o pensamento e este é a proposição com sentido, então seria talvez natural que os constituintes do pensamento fossem o mesmo que aqueles da proposição; e se os constituintes proposicionais são as palavras, então elas também constituiriam o pensamento?⁶⁸

Com clara impaciência, Wittgenstein responde:

Eu não sei *quais* são os constituintes de um pensamento, mas eu sei *que* deve haver constituintes tais que correspondam às palavras da Linguagem. Ademais, o tipo de relação entre os constituintes do pensamento e os do fato afigurado é irrelevante. Essa seria uma questão para a psicologia responder. [...] Um Pensamento consiste em palavras? Não! Mas de constituintes psíquicos que têm o mesmo tipo de relação com a realidade que as palavras. O que são esses constiuintes eu não sei.⁶⁹

Essas respostas são até hoje debatidas por *scholars* wittgensteinianos, e são várias as interpretações que recebem. Neste momento, porém, notemos apenas que elas assinalam uma diferença entre pensamento e linguagem/proposição: de um lado teríamos os constituintes psíquicos, do outro as palavras.

Se voltarmos agora ao *Tractatus*, podemos encontrar alguns fragmentos que parecem reforçar essa diferença. Nesse sentido, cabe lembrar que o pensamento não é definido apenas como a proposição com sentido; ele também consiste naquilo que é

⁶⁷ "No original, Russell escreve o seguinte: "3. 'Das logische Bild der Tatsachen ist der Gedanke.' Yes, I agree. But a Gedanke is a Tatsache: what are its constituents and components, and what is their relation to those of the pictured Tatsache?" (WITTGENSTEIN, Ludwig. *Wittgenstein in Cambridge – Letters and Documents 1911-1951*. Edited by Brian McGuinness. 4 ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2008, p. 96.) Para Peter Carruthers, Russell não poderia estar se referindo ao conceito de pensamento do *Tractatus*, pois não encontramos no livro uma declaração implícita de que o pensamento um fato. Ou seja, não lhe ocorre que Russell tenha chegado a essa simples constatação através da combinação dos aforismo 2.141 ("A figuração é um fato") e 2.182 ("Toda figuração é *também* uma figuração lógica. [...].") com o 3 ("A figuração lógica dos fatos é o pensamento"). Cf. CARRUTHERS, Peter. *Tractarian Semantics: Finding Sense in Wittgenstein's Tractatus*. Oxford: Blackwell, 1989, p. 79.

⁶⁸ Nas próprias palavras de Russell: "4 & 4.001. 'Der Gedanke ist der sinnvolle Satz.' 'Die Gesamtheit der Sätze ist die Sprache.' Does a Gedanke consist of words? Compare 3 (above)". (WITTGENSTEIN, Ludwig. *Wittgenstein in Cambridge*, p. 96.)

⁶⁹ "I don't know *what* the constituents of a thought are but I know *that* it must have such constituents which correspond to the words of Language. Again the kind of relation of the constituents of thought and of the pictured fact is irrelevant. It would be a matter of psychology to find it out. [...] Does a Gedanke consist of words? No! But of psychical constituents that have the same sort of relation to reality as words. What those constituents are I don't know." (WITTGENSTEIN, Ludwig. *Wittgenstein in Cambridge*, p. 98-99.)

expresso sensível e perceptivelmente nela,⁷⁰ que por sua vez é definida como o "o sinal proposicional" – aquele "por meio do qual exprimimos o pensamento" – "em sua relação projetiva com o mundo".⁷¹ Ademais, o pensamento também define o que seria esse sinal proposicional empregado, aplicado.⁷²

Essas passagens poderiam dar lugar a indagações sobre o que viria a ser um pensamento não expresso na proposição, que escapasse aos nossos sentidos e permanecesse, assim, escondido. Seja como for, haveria aí uma brecha para tomarmos a relação entre os domínios do pensamento e da linguagem como se um não coincidissem completamente com o outro.

Alhures, mesmo com a ressalva de estarmos diante de uma analogia, até a forma que acreditávamos ser compartilhada pelo pensamento e pela linguagem parece ameaçada:

O homem possui a capacidade de construir linguagens com as quais se pode exprimir todo sentido, sem fazer idéia de com e do que cada palavra significa – como também falamos sem saber como se produzem os sons particulares.

A linguagem corrente é parte do organismo humano, e não menos complicada que ele.

É humanamente impossível extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem.

A linguagem é um traje que disfarça o pensamento. E, na verdade, de um modo tal que não se pode inferir, da forma exterior do traje, a forma do pensamento trajado; isso porque a forma exterior do traje foi constituída segundo fins inteiramente diferentes de tornar reconhecível a forma do corpo.

Os acordos tácitos que permitem o entendimento da linguagem corrente são enormemente complicados.⁷³

E, finalmente, chegamos ao ponto mais tenso da relação entre pensamento e linguagem no *Tractatus* quando Wittgenstein escreve que

Utilizamos o sinal sensível e perceptível (sinal escrito ou sonoro, etc.) da proposição como projeção da situação possível.

O método de projeção é pensar o sentido da proposição.⁷⁴

⁷⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.1.

⁷¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.12.

⁷² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.5

⁷³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.002iv.

⁷⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.11iv.

Aqui o pensamento parece despontar como o responsável por projetar uma situação possível na proposição. Mais precisamente, ele seria uma espécie de ato mental ("*Das Denken*") que ligaria a linguagem à realidade. Segundo certas interpretações, a confirmação dessa aparência implicaria que a relação projetiva depende de uma "instância externa",⁷⁵ e com isso introduziria "uma dimensão psicológica ou intencional no relato de como a proposição adquire sentido".⁷⁶

No fim das contas, poderíamos ter uma relação entre pensamento e linguagem fortemente marcada pela diferença, que iria desde os constituintes até a forma de ambos. Ademais, não sendo isomorfos seus domínios, parece que a representação linguística dependeria de uma dimensão mental, que a antecederia e estabeleceria a relação entre os representantes e os representados. Isto, contudo, não ameaçaria o projeto mesmo do *Tractatus*, que apóia-se na recusa em conceder privilégios ao pensar em detrimento do dizer, fazendo coincidir o pensável com o dizível? Pior: a concepção tractariana não estaria, assim, contaminada por aspectos psicológicos? Vejamos, pois, em que medida pensamento e linguagem são mesmo diferentes, reavaliando o modo como eles estão relacionados.

I

O fato de que os constituintes proposicionais combinam-se de uma determinada maneira representa o fato de que os objetos de um possível estado de coisas estão assim combinados: eis o cerne da teoria pictórica da proposição. Se é assim, não vemos com muita clareza como "Roosevelt estava entre Churchill e Stalin" chega a realizar uma tal representação: afinal, como essa sequência de 5 palavras poderia encenar a disposição espacial de 3 homens? Por outro lado, se voltarmos ao caso (e) exposto no capítulo anterior, poderemos ver muito claramente como um lápis, um apontador e uma borracha dispostos espacialmente, cada qual correspondendo biunivocamente a um dos três homens, podem muito bem encenar o fato em questão. Trata-se de um bom exemplo de aplicação do conceito tractariano

⁷⁵ MARQUES, José Oscar de Almeida. "Pensar o Sentido de uma Proposição", p. 194.

⁷⁶ MARQUES, José Oscar de Almeida. "Pensar o Sentido de uma Proposição", p. 192.

de figuração — como o seriam também os casos (a), (b), (c) e (d). Mas, como aplicá-lo à representação proposicional?

A formulação dessas perguntas parece legítima diante do que admite o próprio autor do *Tractatus*: "À primeira vista, a proposição — como vem impressa no papel, por exemplo — não parece ser uma figuração da realidade de que trata."⁷⁷ Ademais, elas ecoam o que Russell, em sua introdução à edição inglesa do livro, caracterizou como a questão lógica relativa à linguagem, aquela "que importa ao Sr. Wittgenstein", e incide sobre qual "relação um fato (tal como uma sentença) deve manter com outro a fim de ser capaz de ser um símbolo para este outro".⁷⁸

A pertinência da questão é clara e ela pode mesmo fornecer um bom ponto de partida para o entendimento do *Tractatus*. Russell, contudo, não para por aí e fornece mais detalhes sobre ela; afirma então que a Wittgenstein importam

[...] as condições de um Simbolismo *acurado*, isto é, um Simbolismo em que uma sentença 'signifique' algo bem definido. Na prática, a linguagem é sempre mais ou menos vaga, de modo a nunca ser completamente preciso o que se afirma. [...] Importam ao Sr. Wittgenstein as condições de uma linguagem logicamente perfeita — não que alguma linguagem seja logicamente perfeita, ou que nos acreditemos capazes de construir, aqui e agora, uma linguagem logicamente perfeita, mas toda a função da linguagem é ter significado, e ela só cumpre essa função na medida em que se aproxima da linguagem ideal que postulamos.⁷⁹

Assim, interpreta Russell, diante da vagueza da linguagem, explicitada "por nunca ser completamente preciso o que se afirma", Wittgenstein teria abraçado a hipótese de um ideal com o que mediríamos quão (im)preciso é o sentido das proposições que usamos corriqueiramente — a hipótese de uma "linguagem logicamente perfeita", cujas condições o *Tractatus* cuidaria então de esclarecer. Nessa interpretação, como bem observa Luiz Henrique Lopes dos Santos, o conceito tractariano de proposição estaria comprometido com uma "concepção gradualista da significatividade".⁸⁰

⁷⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.011.

⁷⁸ RUSSELL, Bertrand. "Introdução". In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1994. p. 113-128, p. 113-114.

⁷⁹ RUSSELL, Bertrand. "Introdução". In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1994. p. 113-128, p. 114.

⁸⁰ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. "A Essência da Proposição e a Essência do Mundo", p. 67.

É difícil imaginar uma interpretação mais distante do espírito e da letra do *Tractatus*. Em particular, ela colide com uma das premissas mais fundamentais do livro: "De fato, todas as proposições de nossa linguagem corrente estão logicamente, assim como estão, em perfeita ordem."⁸¹ A aposta é radical: ou a proposição significa de um modo preciso, possuindo um sentido determinado, ou ela não chega a significar nada, sendo desprovida de qualquer sentido – caso em que o título de "proposição" lhe seria revogado; é tudo ou nada, ela não pode significar "mais ou menos".

Por um lado, na medida em que compreendemos o que dizem as proposições da linguagem corrente, elas devem possuir um sentido determinado, afigurando logicamente fatos específicos. Por outro, porém, é difícil negar sua vagueza, mesmo que aparente; em particular, não é claro como as proposições que ordinariamente usamos poderiam cair sob o conceito de figuração lógica. É nesse contexto que surge no *Tractatus* a distinção entre o sinal e o símbolo, intimamente relacionada ao conceito de projeção.

II

É muito comum encontrarmos em nossa linguagem ordinária exemplos de sinais diferentes que simbolizam a mesma coisa. Tome-se, por exemplo, as descrições definidas "o 32º presidente dos Estados Unidos" e "o 44º governador de Nova Iorque". Ambas apontam para um mesmo indivíduo, que é então simbolizado por esses sinais. Inversamente, também é fácil nos depararmos com um mesmo sinal que, a depender do contexto em que é empregado, simboliza coisas distintas. Assim, na proposição "Rosa é rosa" temos um mesmo sinal, "rosa", desempenhando duas funções diferentes: em sua primeira ocorrência, consiste no nome de um indivíduo, e na segunda designa um adjetivo; ou seja, "essas palavras não têm simplesmente significados diferentes, mas são *símbolos diferentes*".⁸²

⁸¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.5563i.

⁸² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.323 .

Esses exemplos explicitam o caráter arbitrário do sinal, "aquilo que é sensivelmente perceptível no símbolo".⁸³ No caso das proposições, o cenário é basicamente o mesmo: de um lado temos o sinal proposicional, sinal sensível e perceptível, escrito ou sonoro, por meio do qual exprimimos o pensamento⁸⁴ e simbolizamos a proposição. Assim, "Roosevelt estava entre Churchill e Stalin" e "*Roosevelt was standing between Churchill and Stalin*" são dois sinais proposicionais que, se superficialmente diferem em virtude de cada um corresponder a uma língua natural distinta, constituem no entanto o mesmo símbolo, portanto a mesma proposição. Esta tem, portanto, traços "casuais", derivados "da maneira particular de produzir o sinal proposicional" – ou seja, daquilo que é relativo às línguas portuguesa e inglesa –, e "traços essenciais", que sozinhos lhe habilitam a exprimir o seu sentido e dizem respeito às regras da sintaxe lógica, não de uma língua particular.⁸⁵

Sendo constituído por palavras que estão umas para as outras de determinada maneira, o sinal proposicional é um fato.⁸⁶ Entretanto,

[...] isto é velado pela forma habitual de expressão escrita ou impressa. Pois na proposição impressa, p. ex., o sinal proposicional não parece essencialmente diferente da palavra.⁸⁷

Assim, Wittgenstein uma vez mais admite que algo parece encobrir nossa percepção daquilo que, afinal, é uma das condições da figuração, a saber, que ela é um fato. Teríamos voltado ao nosso ponto de partida? Aqui, contudo, temos em nosso favor a distinção entre sinal e símbolo.

Com efeito, sendo o sinal aquilo que é sensível no símbolo, o que esse aforismo parece indicar é que acabamos voltando nossas atenções mais àquilo que nele é arbitrário e casual – por exemplo, ser constituído por essas palavras e não por outras que poderiam cumprir a mesma função das primeiras, obedecer à gramática de uma certa língua natural e não de outra, etc. Ou seja, deixamos escapar aquilo que

⁸³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.32.

⁸⁴ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.1, 3.11i, 3.12

⁸⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.34, 3.344.

⁸⁶ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.14.

⁸⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.143 i-ii.

é necessário, imprescindível para um sinal simbolizar algo. Ele é constituído por palavras, mas não se esgota nelas; o fato que conforma seria desvelado a partir do momento em que notássemos nele não apenas sua dimensão sensível, mas também o seu poder simbólico. Se não o notamos é porque o processo de simbolização pode ser bastante complexo, com o sinal proposicional passando por caminhos tortuosos até se elevar à condição de símbolo, de proposição. Desse modo, a questão que se coloca é: como, por qualquer caminho que seja, um sinal pode tornar-se um símbolo? A resposta passa por reconhecer que usamos o sinal proposicional como uma projeção do fato que a proposição, enquanto símbolo, afigura⁸⁸

Aqui é estratégico recuarmos até o caso (e) que expusemos no capítulo anterior e mencionamos acima. Nele, como dissemos, é bastante nítido que uma certa combinação de objetos conforma um fato que, por sua vez, representa um outro fato com o qual partilha a mesma forma. A partir das convenções que estipulamos de modo explícito, fizemos o lápis corresponder a Churchill, o apontador a Roosevelt e a borracha a Stalin, e também estabelecemos que a disposição espacial entre esses objetos, estando o apontador entre o lápis e a borracha, correspondia ao modo como os homens estavam espacialmente dispostos.

Temos aí uma projeção em que o fato projetado não é formalmente diferente do fato que o projeta, de sorte que parece não ser necessária qualquer mediação entre eles, para além das estipulações que promovemos. Não por acaso, Wittgenstein escreve:

Fica muito clara a essência do sinal proposicional quando o concebemos composto não de sinais escritos, mas de objetos espaciais (digamos: mesas, cadeiras, livros).
A posição espacial relativa dessas coisas exprime, nesse caso, o sentido da proposição."⁸⁹

Esse aforismo parece nos forçar a admitir dois sentidos de "sinal proposicional": um no qual ele é constituído por sinais escritos, e outro em que seus elementos podem ser coisas quaisquer. Entretanto, se nos dermos conta de que é sempre possível a um conjunto de objetos afigurar um fato — desde que certas

⁸⁸ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.11i.

⁸⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.1431.

condições sejam satisfeitas, claro —, e de que toda figuração pode, sim, ser uma proposição, então ele necessariamente poderia ser vertido em sinais escritos. Ou seja, a diferença entre um sinal cujos elementos são palavras e outro que é formado por objetos espaciais é relativa, não absoluta.

Em todo caso, é importante reconhecermos nesse trecho a possibilidade de um sinal proposicional que, sendo a projeção de um fato, deixa aparente que a sua forma é a mesma que aquela do projetado, na medida em que é fácil discernir em ambos o mesmo número de constituintes e a mesma relação entre eles.⁹⁰ Sendo possível uma projeção assim tão simples, marcada pela fisionomia do sinal não parecer em nada diferente do símbolo, no mais das vezes, porém, as projeções apresentam um alto grau de complexidade, sendo necessário muito trabalho para tornar explícito o que nelas se oculta.

São raras as ocasiões em que Wittgenstein fala explicitamente sobre projeção no *Tractatus*. De todo modo, ela é bem ilustrada na seguinte passagem:

O disco gramofônico, a idéia musical, a escrita musical, as ondas sonoras, todos mantêm entre si a mesma relação interna afiguradora que existe entre a linguagem e o mundo.

A construção lógica é comum a todos.

(Como, no conto, os dois jovens, seus dois cavalos e seus lírios. Todos são, em certo sentido, um só.)

Que haja uma regra geral por meio da qual o músico pode extrair a sinfonia da partitura, uma por meio da qual se pode derivar a sinfonia dos sulcos do disco e, segundo a primeira regra, derivar novamente a partitura, é precisamente nisso que consiste a semelhança interna dessas configurações, que parecem tão completamente diferentes. E essa regra é a lei da projeção, lei que projeta a sinfonia na linguagem das notas. É a regra de tradução da linguagem das notas na linguagem do disco gramofônico.⁹¹

Seria talvez natural tomarmos a sinfonia como um fato do mundo que é projetado na partitura ou no disco gramofônico, que seriam então suas projeções, os sinais usados para simbolizá-la; se chamarmos de linguagem o domínio que abriga tudo aquilo que é projeção, então poderíamos falar de uma "linguagem das notas" tanto quanto de uma "linguagem do disco gramofônico". O que resulta bastante notável, porém, é que essa mesma sinfonia pode ser considerada ela própria uma projeção, derivada "dos sulcos do disco" ou da partitura, que seriam os fatos

⁹⁰ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.04.

⁹¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.014-TLP 4.0141.

projetados por ela; e isto graças à "semelhança interna" entre as configurações dos elementos desses fatos, à "relação interna afiguradora que existe entre a linguagem e o mundo" – que é portanto condição da projeção, mas não determina o que projeta e o que é projetado; retomaremos esse ponto mais adiante.

Apesar de uma tal semelhança, não distinguimos na projeção tudo quanto seria possível distinguir no projetado; não sabemos indicar de imediato, como o fazemos no caso (e) acima, qual parte da projeção corresponde a que outra parte do projetado, que relação entre os elementos de uma representa qual relação entre os elementos do outro. Enfim, não vemos como ambos poderiam ter a mesma multiplicidade lógica.

Entretanto, deve sempre ser possível distinguir na projeção tanto quanto é possível distinguir no projetado. Por que não o fazemos, então, no caso da sinfonia e do disco gramofônico, por exemplo, cujas configurações "parecem tão completamente diferentes"? A passagem nos dá uma pista: a "semelhança interna" entre esses fatos, a "relação interna afiguradora que existe entre a linguagem e o mundo" é associada com uma "lei de projeção", uma "regra de tradução", a sugerir portanto um aspecto normativo no uso que torna o sinal um símbolo, que transforma uma estrutura de modo a fazê-la aparecer como se fosse formalmente diferente de outra estrutura com que, entretanto, compartilha a mesma forma.

Sendo assim, o que parece estar em jogo em todo e qualquer processo de projeção é um uso dos sinais de acordo com as regras da sintaxe lógica – incluídas aqui também as definições, pelas quais um sinal designa através de outros sinais primitivos. Elas, entretanto, não aparecem explicitamente nas nossas proposições ordinárias, por exemplo – ao contrário, pois, da estipulação explícita que fizemos no caso (e), no qual determinamos quais objetos correspondiam a quais homens, e qual relação entre aqueles representaria que relação entre esses; ou seja, que as regras não estivessem escamoteadas ali foi fundamental para reconhecermos a forma da projeção como sendo a mesma do fato projetado.

Desse modo, surge no horizonte a possibilidade de uma análise que "reconstitui, na direção inversa, os meandros sinuosos da projeção do fato possível

representado no sinal proposicional.⁹² Vejamos o que ela e seus corolários no âmbito do *Tractatus* podem nos revelar a respeito da relação entre linguagem e pensamento.

III

Um dos mais célebres modelos de análise da proposição é a teoria russelliana das descrições definidas. "O mérito de Russell", escreve Wittgenstein, "é ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser sua forma lógica real."⁹³ Em linhas gerais, ela nos mostra que uma descrição definida não designa um indivíduo, como faz parecer a forma gramatical das proposições em que ocorre.

Tomemos, por exemplo, a proposição "O atual imperador do Brasil é ruivo". Na teoria de Russell, ela poderia ser dissecada da seguinte maneira: "existe um x tal que x é ruivo e, para todo y , y é o atual imperador do Brasil se e somente se y é idêntico a x ". Nessa nova formulação, sua forma deixa explícito que "o atual imperador do Brasil" designa não um indivíduo, mas sim uma expressão variável, qual seja: "existe um x tal que, para todo y , y é o atual imperador do Brasil se e somente se y é idêntico a x ". Ou seja, no limite poderíamos dizer que haveria uma proposição, aquela que afirma a existência e a unicidade de um indivíduo, dentro de outra proposição, que impinge um predicado a este indivíduo possivelmente existente. Ademais, essa expressão deixa claros os compromissos semânticos e sintáticos que ela carrega para a descrição que, afinal, define, ou seja, "o atual imperador de Brasil".⁹⁴

A análise nos mostra que um fragmento do sinal não participa da composição do símbolo do modo como aparenta fazê-lo, não introduzindo um constituinte no sentido da proposição em que ocorre. Essa análise não pode, contudo, se prolongar ao infinito e precisa chegar a um termo. Caso contrário, o sentido restaria indeterminado, composto apenas por variáveis. É nesse contexto que Wittgenstein afirma: "O postulado da possibilidade dos sinais simples é o postulado do caráter determinado do sentido."⁹⁵

⁹² SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. "A Essência da Proposição e a Essência do Mundo", p. 73.

⁹³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.0031

⁹⁴ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. "A Essência da Proposição e a Essência do Mundo", p. 73.

⁹⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.23.

No capítulo anterior passamos rapidamente por algumas das condições para que a proposição tenha um sentido – determinado, vale dizer.⁹⁶ A elas se juntam então o postulado da possibilidade dos sinais simples e o seu corolário ontológico, a afirmação da simplicidade do objeto, sempre a partir da simetria entre o que um mundo qualquer deve ser para que uma linguagem qualquer que esteja em ordem possa dizê-lo claramente.

Imaginemos a seguinte situação. A proposição p , bipolar (deve poder ser verdadeira e deve poder ser falsa), tem como um de seus elementos um complexo, "c1". Este, portanto, possuiria uma estrutura que poderia ou não ser o caso. Ou seja, uma proposição q , também bipolar, poderia asserir a existência da estrutura conformada por "c1". Tal estrutura, entretanto, pode não existir – seus constituintes poderiam estar combinados de outro modo, conformando uma estrutura diferente, "c2". Assim, p só teria sentido se q , fosse verdadeira; do contrário, haveria nela uma falha referencial, pois um de seus elementos não tocaria a realidade. Ao fim e ao cabo, num contexto em que a necessidade é puramente lógica e a significatividade de uma proposição não pode depender da verdade de outras proposições quaisquer, o sentido de p seria indeterminado. Dessa maneira, sob pena de embarcarmos num regresso ao infinito, é preciso que haja o simples. Uma vez que sua existência, porque necessária, não pode ser asserida, é preciso também que um sinal, ao invés de representá-lo – representação que estaria submetida ao jogo do verdadeiro e do falso, vale dizer, da contingência – refira-se a ele diretamente. Isto só pode ser satisfeito por um sinal igualmente simples.⁹⁷

Assim, e considerando que os sinais simples são os nomes, Wittgenstein escreve: "É óbvio que devemos, na análise das proposições, chegar a proposições elementares, que consistem em nomes em ligação imediata."⁹⁸ A proposição elementar, portanto, também pode ser tomada como a "proposição completamente analisada", na qual a sua forma lógica aparente é também a sua forma lógica real.⁹⁹ Nesse caso, a projeção e o projetado, o sinal e o símbolo possuem a mesma

⁹⁶ Cf. "Pensamento e linguagem", IV-V.

⁹⁷ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.02-2.0212.

⁹⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.221; cf. 4.22.

⁹⁹ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.201.

fisionomia. Apesar disso, o sinal proposicional não é ainda um símbolo; afinal, para tanto é antes necessário que o fato, um estado de coisas possível, um encadeamento de objetos simples, seja nele projetado.

Os nomes só cumprem sua função de nomear objetos no contexto de uma proposição.¹⁰⁰ Esse princípio tractariano básico termina por definir o nome através de sua forma, o conjunto de suas possibilidades combinatórias com outros nomes dentro da sintaxe lógica, as quais espelham as possibilidades combinatórias do objeto que ele substitui na proposição. Nem o nome nem o objeto possuem conteúdo isoladamente, um não pode significar o outro fora de contextos proposicionais, e assim eles são desprovidos de qualquer propriedade específica, factual, externa; só dispõem de uma única propriedade que lhes é interna e comum a todos os nomes e a todos os objetos: sua "ligabilidade".

Através de operações de verdade, as proposições elementares constituem outras proposições, que podemos chamar de moleculares. Por exemplo, suponhamos uma proposição elementar p e uma proposição elementar q , sobre as quais

Operadores lógicos não designam nada. Sinais proposicionais podem ser usados de modo a não expressar nenhum pensamento, a não projetar fato algum, e assim não chegam a constituir um símbolo proposicional. Tautologias e contradições A proposição, enquanto tal, só pode ser dotada de sentido. Talvez Wittgenstein insista na expressão "com sentido" para marcar a diferença entre proposições genuínas e aquelas que podem ser consideradas como degeneradas, como as tautologias e contradições. Estas são bem formadas, obedecem às regras da sintaxe, mas não chegam a dizer nada em virtude de operações que "cancelam" o sentido das proposições elementares que lhes constitui. Assim, elas não expressam nenhum pensamento.

Tudo isso mostra que uma proposição da linguagem corrente pode ser analisada em outras mais elementares, que estão combinadas verifuncionalmente e engendram proposições moleculares cuja verdade será uma função daquelas que lhes constitui. Todas as proposições, inclusive as da linguagem corrente, são símbolos

¹⁰⁰ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.3.

constituídos por sinais proposicionais, que são usados como projeção de fatos do mundo. Os constituintes de uma proposição ordinária, contudo, não coincidem com os elementos do sinal proposicional; estes são complexos e, através da lei da projeção, conformam uma estrutura, um fato que escamoteia a forma lógica do projetado, enquanto os constituintes proposicionais são simples — e esta simplicidade vale mesmo para proposições ordinárias, uma vez que elas resolvem-se plenamente em proposições elementares, cujas ligações umas com as outras são feitas por operações de verdade que não adicionam absolutamente nada ao conteúdo do seu sentido, os objetos que constituem os estados de coisas que a proposição afigura, simboliza.

Retomemos, pois, a questão que formulamos na abertura da seção I deste capítulo: por que "Rossevelt estava entre Churchill e Stalin" não nos aparece de imediato como um fato capaz de afigurar a realidade? A resposta está em que ela não é completamente analisada, elementar, mas sim o resultado de operações de verdade entre outras que são, essas sim, elementares, e nas quais os elementos do sinal proposicional espelham perfeitamente os constituintes proposicionais — neste caso, nomes em ligação imediata.

Sendo de nosso uso corrente, essa proposição habita uma dimensão da linguagem que parece capaz de disfarçar o pensamento. Este disfarce só é possível graças à lei da projeção, às regras de tradução que modificam a forma original do projetado, de tal sorte que o sinal usado como sua projeção não exhibe essa forma em sua superfície. Essa transformação pode bem corresponder aos "acordos tácitos que permitem o entendimento da linguagem corrente", cuja lógica não conseguimos extrair imediatamente, que guiam o entendimento de proposições ordinárias, permitindo-lhes expressar todo o sentido, ao tempo que cuidam de mantê-las todas sob o mesmo ordenamento, sob as mesmas regras sintáticas. Estamos, pois, no cerne da radical aposta tractariana de que toda a linguagem, não apenas o conjunto das proposições elementares, está em ordem. E isto é mostrado pela possibilidade de submetermos qualquer proposição a uma análise que, no limite, irá dissecá-la em outras elementares, revelando assim, por esse caminho, as convenções outrora tácitas que garantem a determinação do sentido proposicional mesmo lá onde as proposições parecem vagas.

Assim, o princípio de que a linguagem pode ser analisada em proposições elementares contribui para salvaguardar a isomorfia que ela comunga com o pensamento. A análise mostraria que a diferença entre os dois domínios reside tão somente na forma lógica aparente de ambos, mas não na forma lógica real, que ambos comungam. O disfarce só ocorre na superfície.

IV

Já sabemos que numa proposição elementar os elementos do sinal proposicional não seriam essencialmente diferente dos nomes, e a cada um deles corresponderia um objeto no estado de coisas. Isto, entretanto, não é tudo: a um elemento desse sinal proposicional corresponde, também, um objeto do pensamento.¹⁰¹ A partir da leitura da carta em que Wittgenstein responde as indagações de Russell sobre o conceito tractariano de pensamento,¹⁰² podemos inferir que esse objeto consistiria num elemento psíquico.¹⁰³ Sendo assim, teríamos uma relação de espelhamento entre a configuração dos nomes, a configuração dos objetos no estados de coisas, e a configuração dos elementos psíquicos que constituem o pensamento.

Compreender o conceito de pensamento no *Tractatus* certamente não é das tarefas mais fáceis, e a introdução dos elementos trazidos pela carta supracitada termina por aumentar as dificuldades exegéticas em torno dele, que já não são poucas. Afinal, vimos que primeiramente que ele define o que é figuração lógica dos fatos, é definindo pelo conceito de proposição com sentido, ao mesmo tempo em que é expresso sensível e perceptivelmente na proposição, e também é o sinal proposicional empregado, usado. Agora ele assume também o estatuto de um fato psicológico ou psíquico.

A tensão diante dessa "novidade" consiste na possível associação, através do conceito de pensamento, entre "proposição com sentido" e "fato psíquico", que

¹⁰¹ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.2.

¹⁰² Cf. o início deste capítulo

¹⁰³ Acompanhamos Anthony Kenny nessa inferência. Cf. KENNY, Anthony. "Wittgenstein's Early Philosophy of Mind", p. 5.

poderia abrir espaço para a concepção de que as proposições não passariam de fatos mentais. A partir desse cenário, surgem várias interpretações sobre o que está em jogo na carta. Para Anthony Kenny, ela é "a mais clara evidência" de que o pensamento no grupo de aforismos 3 do *Tractatus* é uma entidade psicológica.¹⁰⁴

James Griffin, por outro lado, afirma que a carta trata de "apenas um tipo de fato afigurante, apenas um tipo de pensamento"¹⁰⁵ – privado, vale dizer; ele, sendo uma entidade psicológica, um fato psíquico, não se confunde com o conceito do *Tractatus*, que todavia poderia abrigá-lo enquanto um de seus tipos, a exemplo de diagramas, proposições, etc. James Bogen oferece uma interpretação muito próxima a essa, afirmando que o pensamento da carta é aquele que ocorre quando "alguém pensa falando consigo mesmo com palavras não escritas e não faladas";¹⁰⁶ tratar-se-ia, pois, de uma figuração privada.

Joachim Schulte¹⁰⁷ lembra bem que a interpretação da carta requer um cuidado especial, sendo necessário levar em conta as condições nas quais ela fora escrita. Ela data de um período em que Wittgenstein ainda era prisioneiro de guerra e não possuía uma cópia do manuscrito do *Tractatus*, que já havia finalizado há alguns meses. Ademais, a mesma carta contém explicações problemáticas sobre certos conceitos, o que reforçaria a suspeita sobre sua real capacidade de contribuir para o entendimento do livro. Sendo assim, não seria de todo errado deixarmos a carta de lado.

Aqui, gostaríamos apenas de assinalar que podemos ler a carta como se ela simplesmente afirmasse uma diferença trivial sobre a matéria de que são feitos os domínios da linguagem e do pensamento. O primeiro abrigaria sinais físicos, sensíveis e perceptíveis, como as palavras escritas ou sonoras, que conformariam o sinal proposicional *stricto sensu*; o segundo seria constituído por elementos mentais ou psíquicos, aos quais corresponderiam os elementos do sinal proposicional, desde que se trate de uma proposição elementar. Contudo, tanto num caso como noutro temos fatos afigurantes – um fato linguístico e um fato psicológico, se quisermos

¹⁰⁴ KENNY, Anthony. "Wittgenstein's Early Philosophy of Mind", p. 2

¹⁰⁵ GRIFFIN, James. *Wittgenstein's Logical Atomism*, p. 120.

¹⁰⁶ Cf. BOGEN, James. "Was Wittgenstein a Psychologist? (I)", p. 378.

¹⁰⁷ SCHULTE, Joachim. "Some Remarks on 'Wittgenstein's Early Philosophy of Mind'", p. 331-334.

assim chamá-los – ou seja, figurações lógicas que afiguram um mesmo fato, possuindo ambas, portanto, a mesma forma. Linguagem e pensamento não deixam de ser, deste modo, formalmente idênticos; pelo contrário, só se reforça a isomorfia entre eles e a realidade.

É preciso, contudo, fazer uma ressalva. Sublinhar essa diferença material, por assim dizer, consiste em chamar mais à atenção para o suporte, sempre contingente, de que o pensamento e a proposição, ambos sendo uma figuração lógica, podem se valer. Poderíamos dizer mais ou menos o seguinte: o suporte "natural" de cada um deles seria, de um lado, os constituintes psíquicos; do outro, as palavras. Mas, se estamos certos quanto ao que afirmamos sobre a natureza do sinal proposicional, de que, *lato sensu*, ele pode ser constituído por uma combinação de quaisquer objetos, não necessariamente de palavras, a distinção entre fato psicológico e fato físico resulta algo artificial, tanto quanto aquela que fazemos entre fato linguístico e fato espacial: no fim das contas, ambos consistem na mesma proposição, no mesmo pensamento – desde que ambos fossem, claro, projetados na realidade.

Um fato psicológico pode ser uma figuração, um pensamento, uma proposição, desde que seja um fato afigurante, isto é, uma estrutura com elementos articulados e que estejam em relação projetiva com a realidade. Assim como "Churchill estava entre Roosevelt e Stalin" não é um mero borrão no papel por ser um sinal proposicional projetado no mundo, também um determinado número de elementos psíquicos não são uma mera dor de cabeça, pois também conformam um sinal proposicional em relação projetiva com a realidade. Ou seja, o caráter linguístico do pensamento é reforçado.

Enfim, a carta não parece ferir a identidade formal entre pensamento e linguagem, que entretanto parecem diferir materialmente, enquanto sinais.

Se a materialidade do sinal é irrelevante para o símbolo, não há nenhuma diferença lógica entre projetar um fato possível num fato sensivelmente perceptível (um sinal proposicional) e projetá-lo num fato de qualquer outra ordem (um fato mental, por exemplo). Por outro lado, o modo como Wittgenstein estabelece as condições lógicas de representação proposicional evidencia que elas são, na verdade, as condições lógicas da representação dos fatos *tout court*. Assim, a representação

mental silenciosa de um fato possível – um pensamento, no sentido mais ordinário da palavra – merece, tanto quanto sua exteriorização escrita ou sonora, ser qualificada como proposição. Não há mal nenhum em definir incondicionalmente: uma proposição é a projeção de um fato possível num outro fato, físico ou não; a proposição é a expressão, exterior ou não, de um pensamento; e um pensamento é sempre uma proposição com sentido.¹⁰⁸

Aqui talvez seja útil realizarmos um mapeamento dos termos em jogo na relação entre pensamento e linguagem. Ao menos aparentemente, "proposição com sentido", "figuração lógica dos fatos", "pensamento" e "sinal proposicional em sua relação projetiva com o mundo" recobrem o mesmo conceito. Desse modo, talvez possamos dizer que o pensamento é a proposição com sentido na medida em que afigura logicamente os fatos, e para tanto é necessário que ele seja expresso sensível e perceptivelmente num sinal proposicional, ali projetando um fato do mundo. A proposição também precisa, pois, exprimir-se sensível e perceptivelmente, sem o que ela seria tão somente uma abstração. Lidamos sempre com sinais sensíveis e perceptíveis, os quais, se projetados no mundo, tornam-se uma proposição e recebem, a justo título, a alcunha "proposicionais". A relação entre pensamento e linguagem ganha contornos mais complexos, mas não há aí nada que comprometa a isomorfia que os une essencialmente.

V

Tudo leva a crer que, antes do princípio, eram os objetos. É só através das combinações entre eles que o mundo tem seu início, como totalidade dos fatos.¹⁰⁹ Estes podem ser constituídos por coisas quaisquer, desde que sejam simples; é indiferente que elas sejam mentais, linguísticas, físicas, etc. Linguagem, pensamento e realidade se recobrem por completo.

Tais fatos podem representar, afigurar, projetar outros, sendo usados assim como sinais que sempre poderão ser traduzidos em palavras. Aqui, contudo, surge a

¹⁰⁸ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. "A Essência da Proposição e a Essência do Mundo", p. 74-75.

¹⁰⁹ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1.1.

seguinte questão: como determinar qual fato é o representante, a figuração, a projeção, e que outro é representado, afigurado, projetado? Qual é a direção desse processo simbólico? Se agora já sabemos por que razões uma proposição ordinária não nos aparece como a figuração lógica que ela realmente é, cabe perguntar o que torna a proposição, inclusive as da linguagem corrente, uma figuração lógica, como ela chega a projetar um fato possível

A resposta parece bem clara no aforismo 3.11: "O método de projeção é pensar o sentido da proposição".

Uma proposição institui-se como tal por meio da projeção de um fato possível num sinal proposicional. O método dessa projeção, define Wittgenstein, é pensar o sentido da proposição. Tudo aquilo que se vincula ao sinal proposicional por meio da projeção constitui o pensamento que a proposição exprime. O sinal proposicional é a face sensível da proposição, o pensamento que ela exprime é seu fundo oculto. A proposição é o sinal proposicional em sua relação projetiva com o mundo; é nessa relação, no pensamento, que se deve buscar o que faz da proposição uma figuração lógica do mundo.¹¹⁰

Assim, por mais que pensamento e linguagem sejam formalmente idênticos, que fatos mentais sempre possam ser expressos através de fatos linguísticos, sendo-lhe meramente contingente que não o sejam, é preciso reconhecer que algo de uma dimensão mental parece desempenhar um papel importante para o estabelecimento da significação.

Reconhecendo seu traço fortemente anti-psicologista — traduzido na dispensa de uma investigação dos processos de pensar, bastando-lhe um estudo da linguagem por sinais¹¹¹ —, algumas interpretações do *Tractatus* apressam-se em tentar afastar essa centralidade do conceito de pensamento, que nesse contexto surge na forma de um ato mental. Vejamos então alguns dos principais pontos levantados por elas.¹¹²

O aforismo 3.11 só seria um indício de contaminação psicológica da teoria tractariana da linguagem, afirmam certos comentadores, se a projeção estivesse

¹¹⁰ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. "A Essência da Proposição e a Essência do Mundo", p. 70.

¹¹¹ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.1121. Devemos a Michael Dummett uma célebre formulação a esse respeito: "The *Tractatus* is a pure essay in the theory of meaning, from which every trace of epistemological or psychological consideration has been purged as thoroughly as the house is purged of leaven before the Passover." (DUMMETT, Michael. *Frege: Philosophy of Language*. New York: Harper & Row, 1973, p. 679.)

¹¹² Não incluiremos nessa exposição a discussão sobre a definição ostensiva.

sendo definida pelo pensar, se "pensar o sentido da proposição" explicasse "método de projeção".¹¹³ Entretanto, o texto no original em alemão não nos obrigaria a essa leitura, sendo possível ler a explicação na direção inversa.

Um critério possível para a determinação de qual direção seria a mais recomendada seria quão iluminado se tornaria o *definiendum* num caso e noutro. Isto dependeria, claro, do quanto o *definiens* teria a dizer. Nesse sentido, afirma James Bogen, se "método de projeção" fosse definido por "pensar o sentido da proposição", o *definiens* seria praticamente inócuo, pois, como vimos, para além de ser equacionado com "aplicar", ele não recebe nenhuma outra caracterização ao longo do livro. Por outro lado, se o *definiens* fosse "método de projeção", ele iluminaria o *definiendum* por trazer consigo as caracterizações que recebe em outras partes do *Tractatus*.¹¹⁴

De acordo com essa leitura "invertida", ao invés de projetarmos ao pensar, pensaríamos ao projetar; em lugar de afirmar, pois, que usamos o sinal proposicional como projeção de um possível estado de coisas através de um ato mental, deveríamos dizer que pensar o sentido da proposição consiste em usar, aplicar, o sinal proposicional de acordo com as regras da sintaxe lógica – ou seja, de acordo com a lei da projeção, com o que um possível estado de coisas é, enfim, projetado.¹¹⁵

Ademais, se as relações afiguradoras, aquelas relativas à nomeação, antes pareciam depender de um ato mental, poderíamos agora tomá-las como se não envolvessem qualquer associação *a posteriori* entre nome e objeto, como se estivessem "dadas de antemão, em virtude do isomorfismo, no sentido matemático, entre os dois domínios"¹¹⁶, cabendo a existência delas – *a priori*, podemos inferir – explicar a possibilidade de pensar o sentido da proposição.

¹¹³ Cf. BOGEN, James. "Was Wittgenstein a Psychologist? (I)", MARQUES, José Oscar de Almeida. "Pensar o Sentido de uma Proposição".

¹¹⁴ Cf. BOGEN, James. "Was Wittgenstein a Psychologist? (I)", p. 376.

¹¹⁵ Para José Oscar de Almeida Marques, o aforismo deveria ser lido como "uma espécie de definição do pensamento: pensar uma proposição, assim como enunciá-la, é empregá-la como projeção de uma situação possível. Não se trata de explicar o suposto mecanismo de projeção por meio da atividade mental de pensar o sentido da proposição, mas sim de empregar a noção filosófica e matematicamente mais clara de projeção para explicar a obscura noção de pensamento." (MARQUES, José Oscar de Almeida. "Pensar o Sentido de uma Proposição", p. 194.)

¹¹⁶ MARQUES, José Oscar de Almeida. "Pensar o Sentido de uma Proposição", p. 196. José Oscar Marques usa "relação projetiva" no lugar de "relação afiguradora".

O princípio tractariano do contexto também é particularmente importante numa tal interpretação. Ele mostra que a determinação do lugar de uma proposição no sistema da linguagem determina os lugares das demais proposições, revelando as possibilidades combinatórias dos elementos que a compõem; com a isomorfia entre linguagem e realidade, esse princípio passa para o espaço dos objetos, fazendo com que suas possibilidades combinatórias coincidam com as possibilidades combinatórias dos nomes aos quais correspondem. Tal coincidência garantiria que só há uma maneira pela qual um elemento da linguagem corresponde a um elemento da realidade:

em virtude da identidade de forma lógica entre a linguagem e a realidade, em virtude do isomorfismo entre a totalidade das possibilidades combinatórias dos nomes e a dos objetos, só há uma maneira pela qual se pode estabelecer uma correspondência entre os elementos dos dois domínios.¹¹⁷

Outro ponto que ganha destaque nessa interpretação é o caráter linguístico do pensamento. Se ele é uma figuração lógica, é preciso que haja uma relação afiguradora entre seus elementos e aqueles do fato possível afigurado. Assim, como o pensamento poderia ser o fundamento de tais relações se ele próprio está assentado nelas?¹¹⁸

Levantemos agora algumas das dificuldades enfrentadas por essa interpretação. Primeiramente, se levarmos em consideração não apenas o "pensar" (*Denken*), mas também o "pensamento" (*Gedanke*), haveria muito mais sobre eles no *Tractatus* comparativamente às passagens que tratam de projeção;¹¹⁹ por exemplo, o conceito de "pensamento" é um dos grandes destaques, se não for o maior, do grupo de aforismos 3.

Ademais, sendo benfazejo lembrar da importância do princípio do contexto, é preciso ter cuidado para não fazê-lo de modo excessivo, de modo a reconhecer

¹¹⁷ MARQUES, José Oscar de Almeida. " Pensar o Sentido de uma Proposição ", p. 197.

¹¹⁸ MARQUES, José Oscar de Almeida. (1995) *Pensar o Sentido de uma Proposição*, p. 191-192; CARRUTHERS, Peter. *The Metaphysics of the Tractatus*, p. 12.

¹¹⁹ HANNAY, Alastair. "Was Wittgenstein a Psychologist? (II)", p. 380; BOUVERESSE, Jacques. *Le Mythe de l'Interiorité*, p. 135-136. Note-se, porém, que os conceitos de pensamento e de pensar podem ser bem diferentes, conforme exploraremos em seguida; de todo modo, há entre eles uma proximidade bastante natural.

também suas insuficiências, como nos adverte João Carlos Salles: "O princípio do contexto [...] estabelece as linhas essenciais da relação possível entre linguagem e mundo, desenha condições de possibilidade para as duas faces do espaço lógico, mas parece deixar ao acaso a possibilidade de que se refiram um ao outro."¹²⁰

Além disso, não é bem verdade que só haveria um caminho para fazer corresponder linguagem e realidade. O que nos garante que o fato da linguagem representa o fato da realidade, já que eles são formalmente idênticos? Como a direção "correta" da representação, da projeção, é determinada? Se no plano interno das estruturas tudo funciona bem, com a forma dos elementos – vale dizer, o conjunto de todas as suas possibilidades combinatórias – desempenhando plenamente suas funções, no plano da combinação entre elementos de estruturas distintas parece faltar algo que operaria a ligação entre uns e outros.

É verdade que o pensamento já constituído, o *Gedanke*, tem um caráter linguístico, já que ele é uma figuração. Sua instituição se fundamenta, pois, sobre as relações afiguradoras, e assim não lhe é possível fundamentá-las. Esse argumento, entretanto, não se aplica necessariamente ao pensar, *Das Denken*, que, enquanto um ato, poderia ser o responsável por estabelecer as relações afiguradoras, e com isso instituindo as figurações, sejam elas de natureza mental ou linguística – ou seja, também os *Gedanken*. E, como nossa discussão prévia sobre a projeção e a leitura "natural" do aforismo 3.11 sugerem, parece que o caso é exatamente esse.

Enfim, com uma posição tão avessa à importância que o conceito de pensamento (e cia.) deve ter no sistema do *Tractatus*, podemos negligenciar aspectos fundamentais da obra:

[...] a ênfase exagerada [no princípio do contexto] reduziria o escopo e a grandeza filosófica do *Tractatus*, deixando de enunciar uma condição essencial da significação, qual seja, a de que figuramos fatos (não como um dado de história natural), mas como uma sua condição de possibilidade.

Sendo uma condição de possibilidade da significação, o afigurar, o nomear, o projetar não poderiam ser instâncias externas, mas sim internas ao estabelecimento do sentido proposicional.

¹²⁰ SALLES, João Carlos. "Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias", p. 116.

Neste capítulo vimos que algumas diferenças entre pensamento e linguagem são apenas aparentes. Outras, são superficiais. E talvez uma, o papel do pensar na projeção da realidade, seja de relevo. Sendo materialmente diferente, a identidade formal entre eles permanece intacta, e ambos compartilham a mesma forma com a realidade. Sendo necessária para o simbolismo, tal isomorfia não é, contudo, suficiente, sendo solicitado algum ato, que poderíamos chamar de mental, que faça a realidade ser projetada na linguagem.

Ademais, examinamos uma certa interpretação que tenta afastar quaisquer leituras que associe o estabelecimento do sentido proposicional a uma dimensão mental, e tentamos mostrar que ela não consegue afastar a constatação de que o pensar fundamenta a relação entre a linguagem e a realidade, de modo que esta seja projetada naquela.

Isto, contudo, não provoca uma contaminação psicologista na teoria tractariana da linguagem. Veremos no próximo capítulo como o pensamento, mesmo estando envolvido na ligação entre linguagem e realidade, não deixa as portas abertas para a entrada de uma psicologia no *Tractatus*, explorando também em que sentido pode se afirmar uma certa anterioridade do pensamento.

4 FILOSOFIA E PSICOLOGIA

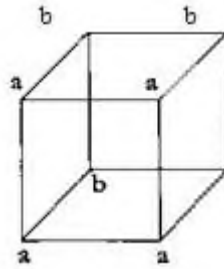
Pensamento e linguagem, embora materialmente diferentes, continuam sendo formalmente idênticos, ambos comungando também com a realidade essa mesma forma. Tal isomorfia, contudo, parece não ser o suficiente para que um fato da linguagem represente um fato do mundo. A teoria pictórica da proposição solicita que objetos sejam ligados aos seus nomes, que estes se articulem conformando um fato que, por sua vez, projetará um outro fato. Essa solicitação de funções subjetivas¹²¹ é rejeitada por algumas interpretações do *Tractatus*, que vêem nela uma porta de entrada para o psicologismo, tão combatido por Wittgenstein. Essas interpretações procuram fornecer uma leitura em que a representação se daria de modo puramente formal, procurando minimizar o trabalho que o conceito de pensamento realiza no sistema tractariano, de sorte que pensar o sentido da proposição se definiria pelo método de projeção e não o inverso, e assim a dimensão mental que poderia haver na constituição do sentido é considerada como uma instância externa.

Como vimos, essas interpretações apresentam insuficiências. Neste capítulo trataremos de aprofundar as dificuldades que elas enfrentam mediante o exame de uma passagem do *Tractatus* que exemplifica de modo singular o que está em jogo na relação entre sinal e símbolo, pensamento e projeção. Em seguida, analisaremos em que poderia consistir o ato de pensar o sentido da proposição a partir da perspectiva do sujeito que o executaria. Sublinharemos então que a teoria tractarina da linguagem pode até ter pressuposições psicológicas, mas isto não contamina seu caráter formal. Por fim, tentaremos indicar brevemente o que poderia estar reservado a uma psicologia, sempre chamando à atenção para o contraste entre ela, enquanto ciência, e a filosofia.

¹²¹ SALLES, João Carlos. *A Cláusula Zero do Conhecimento: Estudos sobre Wittgenstein e Ernest Sosa*. Salvador: Quarteto Editora, 2017.

I

"Perceber um complexo", escreve Wittgenstein, "significa perceber que suas partes constituintes estão, umas para as outras, assim e assim."¹²² Por isso a figura abaixo, o cubo de Necker, pode ser percebida de duas maneiras distintas:



Podemos ver tal cubo como se no primeiro plano estivessem ora os vértices *a*, ora os vértices *b*, e "o que realmente vemos são dois fatos diferentes." Assim, um mesmo fragmento do mundo poderia se prestar a um uso que o tornaria, alternadamente, projeção de duas situações distintas. Ou seja, a partir de um mesmo sinal teríamos dois símbolos distintos.

Aqui é interessante retomarmos as noções de "pensar o sentido da proposição" e "método de projeção". Como esboçamos no capítulo anterior, para certa linha interpretativa a primeira expressão seria definida pela segunda, e assim pensar consistiria em usar, aplicar os sinais. O que qualificaria esse uso, caracterizando-o como significativo, é o método de projeção, que nele introduz uma dimensão normativa. Projetar seria, então, tão somente usar significativamente os sinais.

Com efeito, James Bogen, um dos representantes dessa leitura, pergunta o que a performance de um ato mental poderia adicionar ao disco já manufaturado e colocado sob a agulha de uma vitrola, em uma referência ao aforismo 4.0141. Trata-se de uma pergunta retórica: para ele, o disco em uso, tocando em alto e bom som, já projetaria a sinfonia, uma vez que fora fabricado e estaria sendo usado de acordo com a lei da projeção. Para ouvi-la enquanto tal, não seria portanto necessário

¹²² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.5423.

qualquer ato mental que estivesse associado com "pensar o sentido".¹²³ Alastair Hannay descreve tal interpretação da seguinte maneira: "pensar o sentido não seria *outra coisa* senão aplicar o sinal proposicional, e [...] aplicar o sinal proposicional não seria nada *além* do uso dos sinais de acordo com as regras de projeção apropriadas."¹²⁴

Se o símbolo é o sinal projetado na realidade, James Bogen parece confundir o primeiro com o segundo: não lhe ocorre que as ondas sonoras emitidas pelo disco gramofônico consistem num sinal, que pode vir a ser um símbolo caso seja projetado na realidade. Em sua interpretação, as ondas sonoras, o sinal, já nos apareceria enquanto fato, e o disco tocando produziria por si só um símbolo. Contudo, conquanto toda e qualquer projeção deva estar submetida ao regramento da sintaxe lógica, todo e qualquer pensamento precise expressar uma possibilidade num espaço lógico, resta ainda não satisfeita a condição de que um fato deve ser projetado em outro, que o nome corresponde ao objeto *a*, não ao objeto *b*.

O exemplo do cubo de Necker justamente nos mostra que um mesmo sinal pode se prestar a usos diversos e igualmente regrados porque estabelecidos de acordo com a lei da projeção — no caso específico, das leis da geometria. É assim que podemos vê-lo alternadamente como o cubo *a* e como o cubo *b* (se quisermos descrever assim o modo como ele nos aparece ora com os vértices *a* em primeiro plano, ora com os vértices *b*.) Ademais, usando uma expressão extemporânea, seria possível que o fragmento do mundo que consiste nos riscos que desenham o cubo no papel não expressem fato algum para aquele que é cego para o aspecto — do mesmo modo que as ondas sonoras emitidas pela reprodução de um disco pode não ser percebida enquanto um fato, uma sinfonia, caso em que consistiria numa sucessão de ruídos que não chegam a conformar um sinal, porque não aplicada para simbolizar coisa alguma.

¹²³ BOGEN, James. "Was Wittgenstein a Psychologist? (I)", p.

¹²⁴ "thinking a sense is to be nothing *other* than the applying of the propositional sign, and [...] applying the propositional sign is to be nothing *more* than using propositional signs according to the appropriate rules of projection." (HANNAY, Alastair. "Was Wittgenstein a Psychologist? (II)", p. 380.)

II

Desse modo, parece mesmo necessário que algum ato fixe os nomes aos objetos e ademais determine que relação entre os primeiros projetam qual situação possível, nisto consistindo o que seria pensar o sentido da proposição. Sendo assim, uma pergunta que naturalmente se faz é: qual é o personagem responsável por estabelecer essa fixação? Que ator cuida de ligar a linguagem à realidade? Podemos apontar para um "eu" que é, afinal, condição do sentido?

As respostas para essas questões dificilmente deixariam de reconhecer qualquer coisa de transcendental nessa subjetividade que parece se impor como fundamento mesmo da significação. É bem sabido que, no *Tractatus*, o que é condição de possibilidade do dizível não se deixa dizer, não habita o mundo, fixando-se antes nos seus limites. Desse modo, lemos com muita naturalidade que

[...] há realmente um sentido em que se pode, em filosofia, falar não psicologicamente do eu.
O eu entra na filosofia pela via de que "o mundo é o meu mundo".
O eu filosófico não é o homem, não é o corpo humano, ou a alma humana, de que trata a psicologia, mas o sujeito metafísico, o limite – não uma parte – do mundo.¹²⁵

Havendo um eu filosófico, seria mesmo previsível que no *Tractatus* encontrássemos mais sobre ele e menos acerca do objeto da psicologia, uma mera ciência natural; com efeito, esse aforismo situa-se numa cadeia de observações sobre o fascinante tema do solipsismo, porta da filosofia pela qual o eu pode entrar e ser tratado não psicologicamente.¹²⁶ E, sendo "o limite" do mundo, ele é claramente transcendental. Nesse mesmo contexto surge uma observação particularmente enigmática à primeira vista: "O sujeito que pensa, representa, não existe."¹²⁷

O enigma se logo se enfraquece quando tomamos essa passagem como mais uma expressão do caráter transcendental desse sujeito metafísico: ele não participa do mundo, onde está em jogo a existência e a inexistência, mas sim é o seu limite, como condição de possibilidade da significação. Essa leitura, entretanto, possuiria

¹²⁵ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.641i-ii.

¹²⁶ Registrado o fascínio, cumpre dizer que nessa dissertação não trataremos desse tema.

¹²⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.631

o inconveniente de não se coadunar bem com as caracterizações de outros elementos transcendentais no *Tractatus*, a exemplo do objeto, que, sendo simples – como também o seria o sujeito metafísico – existe necessariamente.

Contudo, devemos lembrar que, no *Tractatus*, algo cuja existência seja necessária, a rigor, não existe. Afinal, deve sempre ser possível ao existente não existir. Se falamos, pois, que a existência do objeto é necessária, ele não pode fazer parte do mundo, do qual, não obstante, é uma condição de possibilidade.

5 CONCLUSÃO

No *Tractatus*, a psicologia assume, enfim, o estatuto de uma ciência natural, capaz então de exprimir proposições dotadas de sentido. Deixando de ser parte em projetos filosóficos que a misturavam com a lógica, não mais produziria contrasensos ou contribuiria para formulá-los. Por outro lado, porém, o relevante, sendo inefável, escaparia ao seu domínio. O filósofo já teria cuidado de discernir inclusive aquilo que, podendo ser psicológico, é necessário para a significação, restando à psicologia a descrição de fatos sempre contingentes.

Nesse sentido, procuramos mostrar que reivindicar um lugar de destaque para o pensamento no *Tractatus* não implica reivindicar também um lugar também para a psicologia. Para tanto, realizamos um percurso de leitura que primeiro explorou a isomorfia entre linguagem e pensamento, fundamental para o projeto de demarcar os limites do significativo através não do pensável, mas sim do dizível. Coincidindo formalmente com a proposição, o pensamento poderia então ser dispensado em favor de uma investigação lógico-filosófica, que dispensaria uma incursão no ambiente da epistemologia. Em seguida examinamos alguns pontos que aparentemente tensionavam a relação entre pensamento e linguagem. Neste exame foi fundamental sublinharmos a distinção entre sinal e símbolo, e sobretudo a relação entre o conceito de projeção e em que consistiria pensar o sentido da proposição. Por fim, tratamos da possibilidade de um ato mental constituir uma das condições de possibilidade da significação, enfatizando que, mesmo se esse fosse o caso, a concepção tractariana de linguagem permaneceria infensa a qualquer contaminação psicologista. No entanto, ainda restaria nela pressuposições psicológicas, que entretanto permaneceriam fora do escopo do dizível. Ao fim e ao cabo, exploramos brevemente o que poderia estar reservado à psicologia no contexto do *Tractatus*, sempre em claro contraste com as tarefas da filosofia.

Sabemos que os pressupostos psicológicos da teoria pictórica serão problematizados na obra futura de Wittgenstein, e assim a investigação filosófica passará a abrigar uma análise de conceitos psicológicos, tematizará o conhecimento e

o que nele importa a certeza, sendo esses alguns dos reflexos da ampliação do campo do sentido comparativamente ao *Tractatus*.¹²⁸ Assim, surge como um possível desdobramento para a nossa pesquisa o percurso que levou Wittgenstein a colocar no centro de suas atenções a filosofia da psicologia, antes desprezada como irrelevante em sua juventude, e também como desse movimento é possível emergir uma reflexão sobre os fundamentos de uma ciência psicológica, sobre os limites e possibilidades de uma epistemologia, entre outros temas instigantes, cuidando sempre de ressaltar a especificidade do trabalho filosófico.

¹²⁸ Cf. OLIVEIRA, Wagner Teles de. *A Filosofia da Psicologia e a Gramática da Certeza em Wittgenstein*. 2014. 229 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - FFCH, UFBA, Salvador, 2014.

REFERÊNCIAS

BOGEN, James. "Was Wittgenstein a Psychologist? (I)". *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*, Oslo, v. 7, n. 1-4, p. 374-378, 1964.

BOUVERESSE, Jacques. *Le Mythe de l'Interiorité: Expérience, signification, et langage privé chez Wittgenstein*. 2^{ème} éd. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.

CARRUTHERS, Peter. *Tractarian Semantics: Finding Sense in Wittgenstein's Tractatus*. Oxford: Blackwell, 1989.

CARRUTHERS, Peter. *The Metaphysics of the Tractatus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

CORRÊA, Rogério Saucedo. "Pensamento e Figuração no Tractatus Logico-Philosophicus". *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 21, n. 29, p. 425-435, 2009.

DUMMETT, Michael. *Frege: Philosophy of Language*. New York: Harper & Row, 1973.

FAVRHOLDT, David. *An Interpretation and Critique of Wittgenstein's Tractatus*. Copenhagen: Munksgaard, 1967.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GRIFFIN, James. *Wittgenstein's Logical Atomism*. Oxford: Oxford University Press, 1965.

HANNAY, Alastair. "Was Wittgenstein a Psychologist? (II)". *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*, Oslo, v. 7, n. 1-4, p. 379-386, 1964.

KENNY, Anthony. "Wittgenstein's Early Philosophy of Mind". In: _____. *The Legacy of Wittgenstein*. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 1-9.

MARQUES, José Oscar de Almeida. "Pensar o Sentido de uma Proposição". *Manuscrito*, Campinas (CLE-UNICAMP), v. 18, n. 2, p. 185-197, 1995.

MONK, Ray. *Ludwig Wittgenstein: El deber de un genio*. Trad. Damián Alou. 2^a ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 1997.

OLIVEIRA, Wagner Teles de. *A Filosofia da Psicologia e a Gramática da Certeza em Wittgenstein*. 2014. 229 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - FFCH, UFBA, Salvador, 2014.

PEARS, David. "The Relation between Wittgenstein's Picture Theory and Russell's Theories of Judgement". *The Philosophical Review*, Ithaca, v. 86, n. 2, p. 177-196, 1977.

RUSSELL, Bertrand. "Introdução". In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1994. p. 113-128.

SALLES, João Carlos. "Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias". In: _____. *O Retrato do Vermelho*. Salvador: Quarteto Editora, 2006. p. 105-120.

_____. *A Cláusula Zero do Conhecimento: Estudos sobre Wittgenstein e Ernest Sosa*. Salvador: Quarteto Editora, 2017.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. "A Essência da Proposição e a Essência do Mundo". In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 11-112.

SCHULTE, Joachim. "Some Remarks on 'Wittgenstein's Early Philosophy of Mind'". In: COTTINGHAM, John; HACKER, P. M. S. (Ed.). *Mind, Method and Morality: Essays in Honour of Anthony Kenny*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 330-351.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Wittgenstein in Cambridge – Letters and Documents 1911-1951*. Edited by Brian McGuinness. 4 ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

_____. "Notes on Logic". In: _____. *Notebooks: 1914-1916*. Edited by G. H. von Wright and G. E. M. Anscombe. 2. ed. Oxford: Basil Blackwell, 1998.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 1994.